MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

N.º 04/IX/2005

1 - Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, pelas 21H15, nas instalações do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, sitas na Rua Dr. Pires de Castro, 12, no Laranjeiro, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:----------

1 - Período de Antes da Ordem do Dia.----------

2 - Período Aberto ao Público.----------

3 - Período da Ordem do Dia.----------

3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.------

3.2 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital de Setúbal (Membro Efectivo e Membro Suplente).----------

3.3 – Apreciação e votação da Proposta do Grupo de Trabalho Acerca da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.----------

3.4 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:----------

3.4.1 – "Opções do Plano e Orçamento do Município para 2006".----------

3.4.2 – "Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS par 2006".----------

2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.----------

3 - Dos quarenta e quatro eleitos faltaram à reunião os Srs. Deputados Municipais Caetano da Conceição Rolo (Justificação de falta Ent. Nº 209/IX).----------

3.1 - Responderam à chamada os seguintes senhores Deputados Municipais:----------

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Sérgio Neves Correia Taipas; Maria Luísa Monteiro Ramos; Bruno Ramos Dias; José Luís Abreu Leitão; Hernani José Pereira Peixoto de Magalhães; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; André Vieira Pinharanda Delgado; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Anselmo José Dias; José Gabriel Guiomar Joaquim; Paula Cristina Loureiro Coelho; Ruben José de Almeida Martins Raposo; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Amadeu Dinis Vaz; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Domingos José Soares de Almeida Lima; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Nuno Filipe Miragaia Matias; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; Miguel Ângelo Moura Salvado; Helena Maria Gomes de Oliveira; Luís Filipe da Cruz Pereira; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal;

Teresa Paula de Sousa Coelho; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; António José Pinho Gaspar Neves; António Dias Belo Gonçalves; José Manuel Pereira; José Mário Castelhano Ferreira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Maria Manuela Batista C. S. Lopes; Francisca Luís Baptista Parreira.----------

4 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.----------

4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:----------

- O Sr. Deputado Municipal António Henrique Rodrigues Roseiro, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2005, (**Conforme ANEXO I**).----------
- A Sr.ª Deputada Municipal Maria José Bruno Esteves, com Ausência no dia 16 de Dezembro de 2005, (**Conforme ANEXO II**).----------
- O Sr. Deputado Municipal António Rodrigues Anastácio, com Ausência pelo período de 16 a 20 de Dezembro de 2005, (**Conforme ANEXO III**).----------

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:----------

- O Candidato Exmº. Senhor Jorge da Silva Martins, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. António Henrique Rodrigues Roseiro, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO IV**).----------
- O Candidato Exmº. Senhor Joaquim António Silva Gomes Barbosa, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência da eleita Sr.ª Maria José Bruno Esteves e impedimento da cidadã Maria Amélia da Silva dos Santos Clemente Campos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO V**).----------
- A Candidata Exm.ª Senhora Inês Sofia Sanches Alexandre, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. António Rodrigues Anastácio e impedimento do cidadão Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO VI**).----------

4.3 – Fez-se a distribuição aos Srs. Deputados Municipais da Acta Nº 2/IX/2005 referente à Primeira Reunião da Sessão Extraordinária realizada no dia 14 de Novembro de 2005 e Minuta da Acta Nº 03/IX/2005 referente à Segunda Reunião da Sessão Extraordinária realizada no dia 16 de Novembro de 2005, para posterior ratificação.----------

4.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Domingos Almeida Lima; Jorge Pedroso Almeida; Nuno Matias, (apresentando Moção/Deliberação sobre Mercado da Cova da Piedade); Manuel Gomes, (apresentando Moção/Deliberação sobre Protocolo de Quioto); Helena Oliveira, (apresentando Moção/Deliberação sobre o Estudo de Impacto Ambiental dos Parques de Campismo da Costa de Caparica); Manuela Colaço, (apresentando Moção/Deliberação sobre CTT); Ruben Raposo, (apresentando Moção/Deliberação sobre Greve Trabalhadores da Câmara); Bruno Dias: Odete Alexandre; Luísa Ramos; Luís Filipe Pereira; Miguel Salvado; Luís Varela Pais; António Mendonça Mendes; o Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.ª Presidente da Câmara.----------

4.4.1 – O Sr. Deputado Municipal Domingos Almeida Lima:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Permita-me Sr. Presidente, que ao usar pela primeira vez da palavra, nesta Digna e Prestigiada sede do Poder Local Democrático, dirija a toda a Assembleia, sinceras e cordiais saudações democráticas, manifestando toda a minha disponibilidade e empenho, no cumprimento do Estatuto de Deputado Municipal para que fui eleito, ao encabeçar a candidatura do Partido Social Democrata. Aproveito também, Senhor Presidente, para nos planos Pessoal e Institucional, lhe reiterar o respeito, admiração e amizade que nutro por V. Ex.ª sentimentos, há muito adquiridos, desde os tempos em que tive a honra e o privilégio de consigo coincidir como Deputado à Assembleia da República.----------

De igual forma, Saúdo a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, que muito respeito, e na sua pessoa todo o Executivo Camarário, a todos desejando profícuo trabalho em prol do nosso Concelho e de todos os munícipes.----------

Senhor Presidente, senhores Deputados Municipais!----------

Reportando-me à curta intervenção que me proponho dirigir-vos gostaria de previamente salvaguarda, que a mesma não tem qualquer intuito de colidir ou ofender princípios ou ideais políticos, de quem quer que seja, antes e tão só deverá ser entendida como um direito, que no normal regime democrático, assiste a um cidadão, na circunstância na qualidade de Deputado Municipal, de se manifestar, dar expressão, ou simplesmente pronunciar-se sobre factos e acontecimentos que entenda relevantes na solidificação do Regime Democrático. Animado deste propósito permitam-me que de forma célere mas convicta, evoque nesta Assembleia, uma efeméride que, de forma determinante, marcou o rumo da nossa então ainda muito jovem Democracia!----------

Refiro-me, como decerto já perceberam, ao 25 de Novembro de 1975!----------

Não obstante já terem transcorrido 30 anos, nunca será demais recordar, que foi a partir destes acontecimentos, que Portugal pôde consolidar-se como democracia representativa de modelo europeu ocidental, abandonando de vez, certas experiências aventureiristicas de cariz auto-gestionário e totalitárias, que em muito prejudicaram a imagem e credibilidade de Portugal no Mundo.----------

Vivíamos uma época difícil e de grande tensão social, não fora a acção inteligente, firme e determinada de um núcleo de oficiais, mais tarde conhecido como o "Grupo dos Nove", que se começou a desenvolver após o 11 de Março, atingindo especial expressão no verão quente de 1975, e Portugal teria fatalmente mergulhado numa guerra civil de consequências imprevisíveis, mas sempre lamentáveis e dramáticas.----------

Foi pela acção desses militares, que sempre contaram com o apoio dos principais Partidos Políticos com representação Parlamentar, bem como da esmagadora maioria do povo português, que foi possível realizar o 25 de Novembro e afastar em definitivo as nuvens negras que ameaçavam a nossa Democracia.----------

Senhor Presidente, Senhores Deputados----------

Não me alongarei, tal como prometi.----------

Estou certo, no entanto, que a larguíssima maioria do Povo Português nunca esquecerá a importância que o 25 de Novembro tem para o nosso regime democrático e sempre tributará o mais profundo reconhecimento a todos quantos, das formas mais variadas, quer pela acção e participação, ou até mesmo a oferta generosa das suas próprias vidas, permitiram que hoje, todos nós, possamos rejubilar com os trinta anos de Liberdade e Democracia vividos."----------

4.4.2 – O Sr. Deputado Municipal Jorge Pedroso de Almeida:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

DECLARAÇÃO (texto completo)----------

No passado dia 4 de Dezembro transcorreram 25 anos sobre a noite trágica do falecimento de Francisco Sá Carneiro e seus acompanhantes, num desastre de aviação, envolto num manto de mistério, que uns quantos procuraram evitar fosse devidamente esclarecido.----------

Mas a persistência e a tenacidade de alguns outros, impediu que se fossem deixando cair no esquecimento as condições em que tudo aconteceu e, com os avanços já conseguidos na investigação, é hoje dado quase adquirido que se não tratou de um simples acidente.----------

Também neste processo a Justiça Portuguesa andou mal, ficando a convicção de que se não empenhou, como devia, na descoberta da verdade. Acreditamos e temos esperança, porém, de que tudo acabe por ser devidamente esclarecido e se venham a conhecer os verdadeiros contornos desta página tão triste da história recente do nosso País.----------

Será, porventura, despiciendo, realçar as qualidades invulgares de Francisco Sã Carneiro, fundador do Partido Popular Democrático, actualmente Partido Social Democrata e seu militante número um. Homem de valores e de princípios, Estadista brilhante, Patriota e defensor intransigente do desenvolvimento solidário e do interesse público. Lutador corajoso e empenhado pela Liberdade e pela Democracia, num combate iniciado ainda antes de 25 de Abril e continuado depois, até à morte, num período em que alguns, à revelia da vontade maioritária do Povo Português, tentaram pôr em causa as conquistas alcançadas.----------

É recorrente nesta Assembleia recordar a data de 4 de Dezembro e a figura marcante então desaparecida. E também de há muito, até em, pelo menos aparente, unanimidade, se vem realçando a justeza da inclusão do nome de Francisco Sã Carneiro na toponímia do nosso Concelho, com a dignidade merecida a quem se soube sobrepor às querelas partidárias e se assumiu como verdadeira referência do Portugal Democrático.----------

Infelizmente, ainda nada se fez, de concreto, para passar das palavras aos actos. Consideramos que já não é aceitável continuar a pactuar com mais justificações e adiamentos, pelo que aqui deixamos a expressão do nosso lamento e desencanto e reclamamos que, muito rapidamente, a Câmara Municipal diligencie e assuma o compromisso de dar cumprimento à vontade, já reiteradamente expressa por esta Assembleia, no sentido da atribuição do nome de Francisco Sá Carneiro a uma das artérias principais do nosso Concelho."----------

4.4.3 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Eu venho aqui apresentar uma Moção, eu penso que não será necessário ler na sua extensão, uma breve nota introdutória.----------

Foi compromisso do Partido Social Democrata e todos os seus autarcas que o desempenho das suas funções seria sempre acompanhado de uma auscultação permanente, constante e contínua da população, não só através de momentos específicos que nós identificamos e criamos e apelidamos da chamada Assembleia do Cidadão, mas também através de auscultação constante e do contacto constante com a população. Nesse sentido tivemos oportunidade de visitar e contactar comerciantes e utentes do Mercado da Cova da Piedade nomeadamente já depois da sua obra de remodelação, e foi-nos apresentado algumas queixas, pudemos constatar in loco algumas deficiências e pudemos aquilatar verdadeiras insuficiências nas obras que tiveram lugar naquele espaço, principalmente e é isso que gostaríamos de fazer com a apresentação desta Moção, era alertar o Executivo Municipal que hoje passado algum tempo sobre a reabertura daquele mercado e depois de obras profundas de remodelação, é tempo de fazermos um balanço, vermos o que hoje está resolvido, mas

também termos a capacidade de corrigir aquilo que de menos positivo aconteceu naquela remodelação e de sobretudo ir de encontro aquilo que é o desígnio também dos comerciantes e dos utentes que foi a criação de um espaço condigno para receber veículos que potenciassem também o funcionamento daquele espaço. Não posso esquecer também da queixa que recebemos de forma veemente, da forma, se calhar pouco correcta, como foi planificado a suposta Galeria Comercial no primeiro piso que graves problemas de segurança tem aquilatado para os comerciantes, bem como a forma pouco digna eu diria, como essa mesma solução foi implementada e que leva a que de modo nenhum seja atraente a ocupação de um espaço naquela área que deveria ser nobre, e poderia ser uma mais valia do Mercado da Cova da Piedade.----------

A apresentação desta Moção é o cumprimento de uma promessa e de um desígnio que é a nossa forma de estar e de fazer política nestes órgãos autárquicos que é ouvir e representar e trazer aqui a queixa e no caso as queixas e o sentimento dos comerciantes e de muitos dos utentes do Mercado da Cova da Piedade. E é isso que a proposta que trazemos aqui hoje vai no sentido de que a Assembleia Municipal de Almada reunida a 16 de Dezembro de 2005 delibere:----------

MOÇÃO (texto completo)----------

Mercado da Cova da Piedade - Uma Nova Intervenção----------

O compromisso autárquico que assumimos com a população do concelho de Almada, é de dia-a-dia ajudarmos a construir uma Terra de Desenvolvimento, de Tolerância, de Progresso, de Respeito por tudo e por todos, e de em conjunto consigo trilhar este caminho de futuro.----------

Um compromisso de quem, ao assumir funções autárquicas, aceita a estimulante tarefa de ouvir, debater e representar todos, e cada um, dos Almadenses.----------

É isso que prometemos, é isso que iremos cumprir.----------

E Almada, e os seus órgãos autárquicos tem a responsabilidade de corporizar nas suas acções este desígnio e tarefa de responder a estas necessidades e anseios, ajudando a construir um futuro de respeito, qualidade de vida e de Desenvolvimento Solidário e Sustentado.----------

Uma tarefa global que se faz de acções parcelares, concretas, às vezes tão invisíveis que apenas no conjunto nos apercebemos do bem-estar que proporcionámos e da satisfação que trouxemos à vida comunitária.----------

Isso mesmo procurou ser efectuado através das obras de remodelação do, então degradado, Mercado da Cova da Piedade, que pretendia devolver dignidade a quem faz daquele espaço a sua actividade profissional e a quem ali acorre como utente.----------

No entanto, como em tudo na vida, há um tempo de concretização mas é também chegado um tempo de apresentar uma avaliação sobre o que correu bem e o que correu mal naquela intervenção.----------

É se à primeira vista o Mercado parece moderno, de cara lavada e pronto a corresponder às aspirações de quem dele usufrui, o contacto com os seus utentes e, principalmente, com os seus comerciantes, dá-nos a conhecer uma realidade que importa aprofundar e tentar responder.----------

É que constatam-se hoje, poucos meses passados sobre a sua entrada em funcionamento, que existem já sinais de degradação, bem como apercebemo-nos como errada foi a visão de instalar uma galeria comercial no 1° andar que não se revela digna desse nome, e que mostra que soluções baratas e rápidas apenas atrasam a solução, mas nunca resolvem o problema.---

A tudo isto agrava-se o sentimento de desânimo dos comerciantes que tiveram a expectativa que iriam ser criados os necessários lugares de estacionamento junto ao Mercado, que permitisse captar novos consumidores. Uma expectativa que até ao momento não viu a luz do dia, e à qual importa dar natural e urgente acompanhamento e solução.----------

Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 16 de Dezembro de 2005, delibera:-

1- Apelar à Câmara Municipal que diligencie a apresentação de propostas concretas que visem corrigir os erros de remodelação, nomeadamente da sua galeria comercial, bem como dos sinais de degradação já existentes;----------

2- Apelar à Câmara Municipal que providencie uma solução de longo prazo que crie os desejados, e prometidos, lugares de estacionamento que potenciem o negócio ali existentes (bem como em toda aquela zona comercial), e que assim cumpra uma promessa feita às populações e comerciantes daquela freguesia."----------

4.4.4 – O Sr. Deputado Municipal Manuel Gomes:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

MOÇÃO (texto completo)----------

Sobre o Protocolo de Quioto----------

A Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas voltou a reunir, desta vez em Montreal – Canadá, entre 28 de Novembro e 9 de Dezembro de 2005, com a presença de cerca de 10.000 participantes. Esta foi a maior conferência intergovernamental desde o protocolo de Quioto, e atraiu, de forma inédita, um novo campo negocial no âmbito do mercado das emissões de carbono e do mecanismo de desenvolvimento limpo, estabelecidos no sentido de promover o desenvolvimento sustentado e o combate às alterações climáticas. Ao mesmo tempo, foi feito novo balanço dos progressos feitos no sentido

de cumprir as metas para as emissões de gases com efeito de estufa, estabelecidas pelo Protocolo de Quioto (adoptado em 1997 e assinado em 1998), tendo em vista o combate às alterações climáticas. No entanto, as notícias que nos chegam da conferência são preocupantes.----------

Um relatório recente da Comissão Europeia divulgado nesta conferência, indica que Portugal irá aumentar, até 2012 e relativamente a 1990, as emissões de gases com efeitos de estufa em 42,2%, o que nos coloca como o estado-membro mais poluente da União Europeia. Com efeito, e de acordo com as metas estabelecidas pelo Protocolo de Quioto, Portugal poderia aumentar estas emissões apenas em 27% no período considerado. Contrariamente à situação geral da União Europeia, não só as emissões dos principais poluentes relevantes para a qualidade do ar têm vindo a aumentar, desde o início da década de 80, em Portugal, como vários poluentes abrangidos pela directiva, apresentam valores superiores aos tectos nacionais de emissões que foram estabelecidos para 2010.----------

Não obstante os Estados Unidos da América, tal como outras potências económicas (como a China), se negarem à ratificação do Protocolo de Quioto, os estados que assinaram o protocolo encontram-se obrigados ao cumprimento das metas de emissões estabelecidas, mas sobretudo os países da bacia do mediterrâneo têm a obrigação política e moral de prosseguir um tal desígnio dadas as mais do que expectáveis consequências resultantes do aumento médio da temperatura nos próximos anos (consulte-se a propósito um estudo publicado recentemente na Science, que indica que a bacia do mediterrâneo será uma das zonas mais afectadas pelo aumento da temperatura média do ar previsto para os próximos vinte anos).------

Portugal, o Concelho de Almada e cada um de nós será afectado (já o sendo) por esta variação climatérica que terá implicações, não apenas ao nível da meteorologia, como ao nível da biodiversidade, do equilíbrio dos diversos ecossistemas, das actividades económicas directa e indirectamente dependentes dos recursos naturais e da própria Vida.----------

A avaliação da qualidade do ar em Portugal nos últimos anos mostra que as aglomerações urbanas que se destacam pelos níveis de concentração de dióxido de enxofre e partículas PM10 superiores aos valores-limite estabelecidos são: Braga, Porto Litoral e Área Metropolitana de Lisboa Norte e Sul. Se, alternativamente, esta mesma análise tiver como unidade de análise as zonas geográficas, então o Norte Litoral, a Península de Setúbal, a região de Alcácer do Sal e ainda o Alentejo interior necessitam ser alvo de medidas urgentes para contrariar esta tendência.----------

É notório o carácter disperso dos poluentes atmosféricos, que não obstante serem emitidos por fontes antropogénicas bem identificadas e localizadas em determinadas faixas do litoral,

atingem áreas mais largas do território nacional, através de plumas atmosféricas influenciadas pelos ventos dominantes de noroeste na nossa costa atlântica.----------

Um dirigente de uma organização não governamental de âmbito ambiental, referiu recentemente ao Público que o acréscimo "esperado" nas emissões se explica pela "ausência de medidas e políticas estruturais ao longo dos últimos anos", e acrescenta que "os sucessivos governos demitiram-se da sua função e não aplicaram medidas essenciais", algumas das quais "consagradas no Plano Nacional para as Alterações Climáticas". Este dirigente sublinha ainda que "Portugal poderá ter que pagar cerca de dois mil milhões de euros" devido ao incumprimento das metas estabelecidas no Protocolo de Quioto, o que corresponde a mais de metade do novo aeroporto da Ota, ou à quantia equivalente a "aproximadamente um Alqueva por ano, se continuarmos a este ritmo" segundo o presidente de uma outra organização de defesa do ambiente ao mesmo jornal.----------

Face ao exposto e considerando que:----------

- Os sucessivos governos têm sujeitado os problemas ambientais a agendas de desenvolvimento não sustentado, não sustentável e divergente das reais necessidades "verdes" das populações;----------
- O poder local tem também uma importante responsabilidade no que concerne à consciencialização das populações para a importância da valorização do património ambiental e na promoção do próprio meio ambiente enquanto bem cultural, biológico e patrimonial;-------
- A possibilidade de se negociar internacionalmente a capacidade poluente não é a solução, na medida em que ela apenas representa uma estratégia de curto prazo, meramente conjuntural, que apenas aparentemente adia um problema real que urge medidas concretas e objectivas;--

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária em 16 de Dezembro de 2005, decide:----------

Apelar ao Governo e às diferentes Administrações Locais que adoptem políticas promotoras da utilização de energias alternativas e renováveis, que desenvolvam mecanismos de incentivo de políticas verdes ao nível das famílias e dos diversos agentes económicos (sobretudo os mais poluidores), que dinamizem e criem condições para utilização do transportes público e o gradual abandono do veículo privado e sobretudo que se assuma a necessidade de cumprir o Protocolo de Quioto, ratificado por Portugal, sem recorrer ao subterfúgio de aquisição de direitos de, poluição."----------

4.4.5 – A Sr.ª Deputada Municipal Helena Oliveira:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

MOÇÃO (texto completo)----------

Sobre o Estudo de Impacto Ambiental dos Parques de Campismo da Costa de Caparica----------

Considerando que:----------

a) O Programa POLIS da Costa de Caparica é de suma importância para todo o concelho de Almada;----------

b) O Plano de Pormenor dos parques de campismo é parte integrante e fundamental do dito POLIS;----------

c) A dimensão e consequente impacto de tal Plano de Pormenor impôs que em Agosto de 2005 fosse realizado um Estudo de Impacto Ambiental por iniciativa da Sociedade CostaPolis, em cumprimento do consignado no Decreto-Lei 69/2000, de 3 de maio (aliás alterado pelo Decreto-Lei 197/2005, de 8 de Novembro, e consequentemente posterior à data da elaboração em causa);----------

d) A mencionada legislação obriga a que tal EIA seja posto a consulta pública, pela autoridade de AIA (no caso, a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo), por um período de 20 a 30 dias;----------

e) O mencionado EIA constitui um volume de cerca de trezentas páginas, e inclui mapas e gráficos cuja completa apreciação é mais demorada que a mera leitura de textos;----------

f) O período de 7 do corrente a 6 de Janeiro próximo, escolhido para pôr o dito EIA em consulta pública é em boa parte constituído pela época das festas natalícias e de fim-de-ano, com a consequente provável ausência em férias de muitos interessados no assunto, e tal permite indiciar que a calendarização do dito período teve em mente dificultar a intervenção dos referidos interessados.----------

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 16 de Dezembro de 2005, decide:----------

1 - Protestar junto da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo contra a impropriedade das datas escolhidas para a decorrência do período de consulta pública do Estudo de Impacto Ambiental do plano de pormenor dos parques de campismo do Programa POLIS da Costa de Caparica.----------

2 - Apelar à prorrogação do prazo por um período não superior a 15 dias."----------

4.4.6 – A Sr.ª Deputada Municipal Manuela Colaço:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Eu vou apresentar uma Moção a propósito da situação que vivemos da distribuição dos correios.----------

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO (texto completo)----------

O processo de privatização dos CTT, iniciado pelo Governo do PSD, na lógica da globalização capitalista e da política da UE de privatização dos serviços públicos, tem tido como

consequências não só o agravamento das condições de vida dos trabalhadores mas a degradação da prestação do serviço às populações.----------

Apesar das muitas tomada de posição de várias estruturas, desde os órgãos de Poder Local, aos órgãos representativos dos trabalhadores e às comissões de utentes, a verdade é que até agora nada mudou. Pelo contrário, de Agosto de 2004 a Agosto de 2005, diminuíram cerca de 700 postos de trabalho, o que naturalmente, se reflecte na qualidade do serviço que é prestado às populações.----------

Com o governo PS e, tendo em conta também posições assumidas, enquanto oposição, seria crível que fossem tomadas medidas tendentes a impedir a continuação da degradação deste serviço público, mas de facto, continuamos a assistir ao agenciamento de estações de correios e ao recomeço da tentativa de concessão de franjas da distribuição, ou seja, a política afinal é a mesma.----------

No nosso Concelho temos constatado essa mesma realidade. Por um lado os trabalhadores a marcarem posições para melhorar as suas condições de trabalho, por outro a população a manifestar a sua indignação pelo mau serviço no atendimento e na distribuição.----------

No Centro de Distribuição da Caparica, a redução de carteiros (de 46 para 40) a não contratação de carteiros para os períodos de férias, ou para épocas tradicionalmente de maior tráfego, o não ser considerado o crescimento demográfico do Concelho e o aumento da correspondência, leva a que estejamos a assistir a situações muito gravosas para a nossa população.----------

Por um lado é a correspondência que não é distribuída com a regularidade a que os CTT estão obrigados por via da directiva europeia sobre os serviços postais (1997/67/CE), mas também pelas leis introdutórias nacionais que definem o serviço postal universal como “um serviço acessível a todos os utilizadores que envolva uma oferta permanente de serviços postais com uma qualidade especificada, prestados em todos os pontos do território nacional ...”.----------

Por outro lado, a alternativa encontrada pela Administração dos CTT, de deslocar trabalhadores de outras zonas, para efectuarem a distribuição em horas extraordinárias e até ao sábado, sem qualquer conhecimento da zona, leva a que muita da correspondência, seja entregue nos endereços errados, com todos os prejuízos que tal situação acarreta para os utentes, nomeadamente para aqueles que, por via postal, recebem as suas reformas e outros que não podem cumprir atempadamente com os seus compromissos, mas também pondo em causa o profissionalismo dos trabalhadores dos correios.----------

Muitos são os exemplos que poderiam ser referidos e que são do domínio público, no entanto referir apenas este: os convites para o acto da tomada de posse dos órgãos autárquicos, em 28 de Outubro, chegou às mãos de muitos dos destinatários, no dia 8 de Novembro.----------
Os eleitos deste Concelho, que assumiram o compromisso de melhorar a qualidade de vida da nossa população, não podem ficar insensíveis a este drama que a afecta; por isso, a Assembleia Municipal, reunida a 16 de Dezembro de 2005, delibera:----------

1) Exigir que a Administração dos CTT, tome as medidas adequadas e necessárias à completa regularização da distribuição postal, reforçando o número de trabalhadores e criando as estações de correio, que já estiveram em fase de plano, nomeadamente a da Sobreda;-------
2) Exigir ao Governo, enquanto responsável pela manutenção dos Serviços Públicos, o acompanhamento e intervenção por forma a garantir o direito dos utentes, o que passa por pôr termo ao processo de privatização em curso;----------
3) Solidarizar-se com os trabalhadores em luta, por melhores condições de trabalho e pela prestação de um melhor serviço público."----------

4.4.7 – O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Moção (texto completo)----------

- Considerando que a greve é um direito inquestionável e irrenunciável dos trabalhadores, direito que é assegurado pela Constituição e pelas leis da República.----------
- Considerando que nos dias 13 e 14 de Dezembro se realizou uma greve na Câmara Municipal de Almada.----------
- Considerando que o direito à greve exige o reconhecimento da liberdade de trabalho dos não aderentes. Por outras palavras, a "comissão de greve (e estou a citar a Lei) pode organizar piquetes para desenvolver actividades tendentes a persuadir os trabalhadores a aderirem à greve por meios pacíficos".----------
- Considerando que a Lei portuguesa e muito bem, proíbe o lock-out. E o lock-out em termos de definição da Lei, no entendimento da Lei é (qualquer decisão unilateral que se traduza na paralisação total ou parcial da organização ou na interdição do acesso aos locais de trabalho a alguns ou à totalidade dos trabalhadores..."----------
- Considerando que a fotografia distribuída nesta Assembleia Municipal mostra o portão do estaleiro de Vale Figueira, fechado a cadeado e com o piquete de greve estacionado à sua frente.----------
- Considerando que no "Alto do Índio" também o portão estava fechado a corrente e a cadeado, impedindo os trabalhadores não aderentes à greve, de trabalharem.----------

- Considerando o número elevado de baixas médicas apresentadas, bem como a solicitação de dispensa de dias de trabalho, dias a descontar nas férias do próximo ano, comportamento que indica a vontade dum grande número de trabalhadores camarários não quererem tomar partido acerca da greve.----------
- Considerando que os nomes dos trabalhadores não aderentes à greve foram comunicados às chefias e às hierarquias, traduzindo uma prática da Câmara Municipal de Almada, prepotente e intimidatória.----------

Em face do exposto, os deputados socialistas municipais propõem a seguinte Moção:----------

1. A Assembleia Municipal de Almada reunida no dia 16 de Dezembro de 2005, declara que a lei da greve não foi cumprida nos Estaleiros de Vale Figueira e Alto do Índio. Com efeito, a prática dos piquetes de greve foi ilegal e a Câmara de Almada por omissão, permitiu um comportamento de lock-out.----------
2. A Assembleia Municipal de Almada condena a prática de elaborar listagens dos não aderentes à greve.----------
3. A Assembleia Municipal de Almada deplora o comportamento da Câmara Municipal de Almada durante os dias de greve de 13 e 14 de Dezembro."----------

4.4.8 – O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Na última sessão da Assembleia Municipal de Almada, foi aprovada por unanimidade - aliás, à semelhança dos anos anteriores - uma moção relativa ao PIDDAC/Orçamento do Estado para 2006. Nessa moção, a Assembleia deliberou apresentar ao Governo e ao Parlamento um conjunto de projectos, nos mais diversos domínios, que correspondem a necessidades e objectivos deste nosso Concelho, e que merecem e justificam (em muitos casos, há já vários anos) a atenção, o investimento e a tomada de medidas concretas por parte do Poder Central.-

Apresentámos essas propostas, honrando os compromissos assumidos junto dos Almadenses em campanha eleitoral, e concretizando uma estratégia consequente e harmoniosa de desenvolvimento sustentável e solidário. Mas é preciso sublinhar que não estamos, como nunca estivemos, perante propostas cuja defesa seja de algum modo exclusiva de uma força política.----------

Permitam-me até mencionar algumas dessas propostas: "apoio ao movimento associativo e desportivo"; "instalação de uma Loja do Cidadão"; "transformação do troço da A-2, entre Almada e Seixal, de modo a viabilizar uma saída/entrada na zona de Corroios". Mas também o Metro Sul do Tejo: "para cumprir a sua função é imperioso que este meio de transporte se estenda a outras áreas do concelho, nomeadamente à Costa de Caparica".----------

"Em contrapartida, é necessário encontrar as soluções rodoviárias que ofereçam uma alternativa consistente à população. A rápida concretização do IC-32 (a CRIPS) e a sua extensão à Trafaria será uma dessas soluções (...) ou a extensão do Metropolitano de Lisboa, em túnel, até aos terrenos da Margueira".----------

Com estas passagens que acabei de ler, e que correspondem a projectos referidos na Moção que aprovámos nesta Assembleia Municipal, estive a reproduzir textualmente o "jornal de campanha" da candidatura do PS à Câmara Municipal de Almada.----------

Quem assume com a população um compromisso tão concreto como este apresentado pelo Partido Socialista, tem no plano político - e desde logo no plano ético - o dever e a responsabilidade de tomar iniciativas (ou pelo menos apoiá-las) no sentido de levar à prática esse mesmo compromisso. Nem podia ser de outra maneira: trata-se afinal, de dizer o que pensamos, e fazer o que dizemos.----------

Recordamos também as afirmações do então candidato e hoje vereador do PS na Câmara Municipal, Dr. Alberto Antunes, numa entrevista realizada durante a campanha eleitoral, reafirmando esses mesmos compromissos. Esses e outros, como o da defesa do ensino universitário de Medicina, associado ao Hospital Garcia de Orta. Ou o novo Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Almada.----------

Nesta vertente, encontrámos até uma faceta de fervor reivindicativo até agora desconhecida do Dr. Alberto Antunes, que então afirmou, e passamos a citar: "Não aceitarei estar na Câmara, mais do que três meses, convivendo com um centro de atendimento a toxicodependentes que envergonha o País e o Concelho de Almada"!----------

Pois bem, os três meses aí estão quase a chegar ao fim, e mesmo assim já podemos ter a percepção do que foi o comportamento e a actuação do Partido Socialista relativamente ao concelho de Almada e a todas estas propostas que tão solenemente apresentaram e defenderam. É que, entretanto, já se realizou na Assembleia da República o processo de discussão e votação do Orçamento do Estado para 2006, com o PIDDAC para o nosso Distrito e o nosso Concelho, como todos sabemos.----------

O que talvez nem todos saibam é que o Partido Socialista, para além de não ter apresentado nenhuma proposta, acabou por inviabilizar e votar contra todas as propostas apresentadas no Parlamento pelos deputados do PCP, que visavam concretizar investimentos importantes neste concelho e que constavam do documento unanimemente aprovado por esta Assembleia.---------

Aliás, o mesmo se pode dizer do PSD, que teve a mesmíssima atitude nesta matéria, votando ao lado do PS contra essas propostas que admitiu aqui como justas, importantes e necessárias.----------

Não ignoramos, de resto que foi pela voz do Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida que o PSD suscitou aqui a sua preocupação quanto ao que entendia ser a necessidade de seleccionar, hierarquizar, definir critérios entre os vários projectos e investimentos propostos. Também a Sra. Deputada Municipal Odete Alexandre, do PS, aproveitou para nos lembrar que governar implica fazer opções e definir critérios.----------

Palavras sábias. O problema é que os critérios, os parâmetros e as selecções se traduziram pura e simplesmente por uma razia! Nem uma proposta se salvou à passagem pelo crivo do PS e PSD.----------

Diga-se a este propósito que, nem hoje nem nunca, o combate político que travamos se fundamenta em razões de ataque pessoal - porque o que se trata aqui é de projectos, actuações e opções políticas. Mas há uma questão transversal a todo este debate, que é a questão da ética e da coerência.----------

E aqui temos de referenciar especificamente o senhor vereador Alberto Antunes. Que resposta se pode esperar de um cidadão - qualquer que seja a sua opção ou simpatia partidária - quando se vê um político proferir afirmações como a de que não aceitará estar na Câmara, mais do que três meses, convivendo com um centro de atendimento a toxicodependentes "que envergonha o pais e o concelho de Almada", ou ainda de que não regateará esforços para a construção de uma Loja do Cidadão em Almada, e depois o mesmo político, perante a hora da verdade da decisão dos projectos, deixar cair a promessa no voto contra do seu partido?!--------

Como é que se admite que um partido que toma a iniciativa de trazer à Assembleia Municipal de Almada uma moção propondo uma Loja do Cidadão é depois o mesmo partido que no Parlamento vota contra essa proposta?----------

Senhor Presidente,----------

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,----------

Infelizmente, não se pode dizer que esta situação seja surpreendente. É revoltante, mas não é surpreendente. Passou-se o mesmo com os famosos cartazes de oito metros por três que há quatro anos foram afixados neste concelho, com o rosto do então candidato, e agora deputado municipal Ruben Raposo, do PS. Alguns dos mesmos projectos, que ainda hoje esperam para sair do papel, eram prometidos na propaganda eleitoral do PS, para depois o mesmo partido impedir a sua concretização em sede orçamental.----------

O que temos visto mais recentemente são situações que têm a ver directamente com a vida dos trabalhadores e do aparelho produtivo do concelho de Almada - veja-se o caso do Arsenal do Alfeite, que tantas proclamações mereceu da parte do PS e do Sr. vereador Alberto Antunes.----------

Ficámos a saber, durante a campanha eleitoral, que o Arsenal era aliás uma das maiores preocupações do então candidato do PS. Aliás, viu-se. Na visita às instalações daquele estabelecimento fabril, o Dr. Alberto Antunes afirmou à comunicação social que até faria questão de estar presente, na qualidade de Deputado da República, e membro da Comissão Parlamentar de Defesa, na reunião que havia de se realizar com a chamada Comissão de Contrapartidas, para debater o futuro do Arsenal do Alfeite.----------

Pois qual não foi o nosso espanto quando ficámos a saber, já depois da reunião realizada na Comissão de Defesa, que lá nessa reunião, o Sr. Deputado Alberto Antunes, se lá apareceu, foi para dar as boas-tardes - porque nenhuma intervenção foi por ele proferida, nem sobre o Arsenal nem sobre nenhum assunto.----------

Procurámos saber então que iniciativas foram tomadas no âmbito da fiscalização parlamentar da acção governativa, em relação à situação e ao futuro do Arsenal do Alfeite e dos seus trabalhadores.----------

E chegámos à conclusão que, na última legislatura e na actual legislatura da Assembleia da República (ou seja, desde 2002), a questão foi suscitada por escrito ao Governo, através de cinco requerimentos - quatro dos deputados do PCP, e um dos do Partido Ecologista "Os Verdes"! Do PS, nem uma palavra, e muito menos do Deputado Alberto Antunes...----------

O que existe de forma concreta aqui neste concelho é a acção regular, o acompanhamento, as tomadas de posição por parte dos órgãos autárquicos, por acção, proposta e iniciativa dos eleitos da CDU. Assim foi na Câmara Municipal, assim foi na Assembleia Municipal, assim foi por essa via de representação no Concelho Municipal de Segurança dos Cidadãos.----------

Recorde-se aliás que assim foi também em Dezembro de 2000, quando a Assembleia Municipal de Almada, por proposta da CDU, aprovou uma moção sobre o futuro do Arsenal, que foi enviada designadamente ao Primeiro-ministro e ao Governador Civil do Distrito de Setúbal, que nada fizeram e nada disseram a este respeito. Para os mais distraídos ou mais esquecidos, recorde-se que naquela altura o Primeiro-ministro se chamava António Guterres, e o Governador Civil chamava-se... Alberto Antunes.----------

De resto, e porque os trabalhadores não têm memória curta, foi o então candidato Alberto Antunes na tal visita ao Arsenal do Alfeite, confrontado pelos representantes dos trabalhadores sobre a ausência de resposta, o silêncio e lavar de mãos que caracterizaram o seu mandato enquanto Governador Civil.----------

E a explicação que estes trabalhadores receberam foi ela própria profundamente reveladora: é que o senhor candidato, ex-Govemador Civil, deputado e agora vereador do Partido Socialista, atribuiu a responsabilidade a uma falha dos serviços do Governo Civil.----------

Senhor Presidente,----------

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,----------

Não vamos perder muito tempo a comentar estas opções políticas e estas atitudes. Queremos apenas deixar sublinhada esta ideia: é que embora alguns pareçam apostados em que a culpa morra solteira e as responsabilidades sejam esquecidas, pela nossa parte a memória de facto não é curta.----------

E também aqui na Assembleia Municipal de Almada fazemos questão de deixar bem claro que não há nem poderá haver políticos impunes ou inimputáveis. As promessas defraudadas, os compromissos rasgados, a pura e simples mentira, não podem passar em claro.----------

Pela nossa parte, reiteramos uma ideia de esperança e confiança - até perante a política e as instituições: é que as coisas não têm de ser assim. E nós cá estaremos, porque vale a pena lutar para que a política e a vida seja diferente para melhor."----------

4.4.9 - A Sr.ª Deputada Municipal Odete Alexandre:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

A minha palavra é de indignação e em defesa de uma questão ética que é falar na ausência das pessoas. O Sr. Vereador Alberto Antunes não está presente nesta Assembleia, e as questões da Vereação devem ser tratadas nas Sessões de Câmara e não nas Sessões da Assembleia Municipal. Além disso importa dizer que todas as questões que foram referidas pelo Sr. Deputado Bruno Dias, foram de facto por nós afirmadas durante a campanha eleitoral e era nossa intenção de facto, se tivéssemos ganho a Câmara leva-las por diante. Neste momento (Sr. Presidente, eu espero que desconte o tempo dos apartes). Parece-me de muito mau gosto e de uma falta de lisura desta maneira e eu disse na primeira Sessão que tivemos aqui que não esperassem que o PS alguma vez viesse aqui com palavras agressivas e de falta de educação.----------

De facto, não é essa a nossa postura, não é isso que nós fazemos. Parece-me que não é essa a postura da bancada da CDU, que de facto não sabe usar o poder com a dignidade que o poder exige."----------

4.4.10 – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Eu queria começar por agradecer as palavras que me foram dirigidas, que foram dirigidas à Câmara pelo Sr. Deputado Almeida Lima, dizer também que nós desejamos que este mandato autárquico que começou há poucos dias, há pouco tempo, seja um mandato frutuoso para a nossa população, para o desenvolvimento da nossa terra. Sobre algumas questões que aqui foram colocadas, naturalmente gostaria de deixar alguns esclarecimentos

e começava exactamente pela questão colocada pelo Sr. Deputado Pedroso de Almeida relativamente ao topónimo que foi recomendado atribuir-se no nosso Concelho ao Dr. Francisco Sá Carneiro. Foi uma decisão unanime da Assembleia Municipal, portanto não se trata de divisões no seio dos autarcas, trata-se tão só de uma questão que não tem sido fácil resolver porque como já foi dito em tempos nesta Assembleia, os arruamentos que têm vindo a ser criados, são sobretudo arruamentos que estão integrados em áreas de reconversão. E nós também já aqui o dissemos, que entendemos em relação a esta figura portuguesa contemporânea que deveríamos ter cuidado na identificação do arruamento em que o seu nome fosse atribuído tal como em relação a outras figuras também contemporâneas e também desaparecidas. Todos sabemos que existem várias figuras relevantes da vida nacional que entretanto faleceram e que é com certeza o nosso dever não os ignorar e perpetuar o seu nome o seu exemplo, o seu combate pela democracia e os direitos humanos e pelos direitos de quem trabalha no nosso Concelho. E portanto, nós temos essas situações perfeitamente identificadas, queremos trata-las todas com a máxima dignidade, e é nesse sentido que o assunto tem que ser entendido e gostaria que fosse entendido. Há no nosso Concelho instrumentos de ordenamento do território, novos instrumentos de ordenamento do território que estão a ser desenvolvidos, e de algumas abordagens que já fizemos parece-nos que pode passar por aí. Gostava relativamente a uma outra questão que aqui foi trazida e que tem a ver com o Mercado da Cova da Piedade. Eu penso que talvez com todo o respeito pelo documento apresentado, mas penso que um esclarecimento da parte da Câmara seria do meu ponto de vista suficiente para que o assunto fosse percebido. E por isso gostava de deixar aqui os esclarecimentos que entendo necessários sobre esta matéria. O Mercado da Cova da Piedade foi objecto de uma intervenção profunda, de modernização de toda aquela construção. Este trabalho foi feito de uma forma muito articulada, muito intima com os vendedores. Portanto, o projecto de modernização do Mercado da Cova da Piedade, foi delineado, foi construído, foi aprovado depois de um grande envolvimento dos vendedores do Mercado da Cova da Piedade. Foram muitas reuniões, foi muito tempo mas valeu a pena, de trabalho com os mais directamente interessados. E de tal modo que o bazar que era um conjunto de barracos que existia no primeiro andar e que tinha a ver com uma realidade contemporânea nossa em que a partir da venda ambulante que teve lugar no nosso Concelho, nos finais dos anos 70, anos 80, completamente desregrada, foi necessário não ignorar o problema social que existia e dar a possibilidade de poderem governar a vida. E em várias situações optou-se colocar essas pessoas nos mercados tradicionais. Em muitos sítios nomeadamente no Feijó, no antigo Mercado do Feijó as pessoas que vendiam na rua

passaram a ocupar bancas de peixe ou bancas de hortaliça, no Mercado do Laranjeiro que neste momento tem uma nova construção em curso, houve construções improvisadas que acolheram essas situações de muitas famílias, que é o sustento de muitas famílias, e no Mercado da Cova da Piedade, o que então os responsáveis autárquicos encontraram como solução, foi na placa superior do mercado instalar também umas construções provisórias para assim acautelar o sustento e a sobrevivência daquelas pessoas. Quando este trabalho foi feito, também a discussão foi tida com os utilizadores do piso superior, e tal como no Feijó também alí se optou por criar uma solução de galeria tipo bazar, para que toda a gente tivesse a sua situação resolvida e o seu trabalho garantido. Portanto, a solução a que se chegou não foi uma improvisação, não foi um trabalho que tenha nascido nos gabinetes de arquitectura, foi um trabalho de grande envolvimento das pessoas, e a solução final correspondeu aquilo que foram as suas expectativas. De tal modo que se introduziu no Mercado da Cova da Piedade um elevador exterior ao Mercado, de modo a que durante todo o dia pudesse a parte de cima funcionar. E também se introduziu uma solução a pedido dos vendedores, sobretudo dos talhos e das lojas de modo a que durante todo o dia as lojas e os talhos pudessem vender, pudessem estar abertos. Depois da obra feita essa situação foi alterada a pedido dos próprios, porque entenderam que não tinham grande resultado por esta situação e pediram o encerramento e a própria Câmara foi ao encontro das pessoas. Gostava também de vos dizer que também houve um outro aspecto importante, as pessoas pediram-nos que a obra decorresse entre Julho e fim de Novembro porque se tratava do seu ganha pão, pois perderem a época do Natal era de facto muito complicado para a vida das pessoas. E nesse sentido o próprio concurso foi construído de modo a que a obra fosse feita nesse período de Julho a fim de Novembro, mas acautelou-se ao mesmo tempo por aluguer de uns armazéns próximos do Mercado da Cova da Piedade, que a maior parte dos vendedores pudessem vender nesse período. A Câmara alugou um conjunto de armazéns, fez obras e aqueles que não puderam ser instalados e por consenso entre todos nesses armazéns adaptados, foram indemnizados. Os talhos e todas as lojas foram indemnizados dos prejuízos que tiveram pelo facto de não poderem exercer a sua actividade durante todo esse período. E mesmo depois das indemnizações terem sido atribuídas, houve um Sr., um Sr. Coelho que tem a propriedade de um dos talhos e tem outros talhos fora do Mercado, que veio trazer um problema que considerou que não estaria bem resolvida a sua situação e a Câmara acolheu a questão colocada e resolveu-a. Entretanto, a obra teve a sua recepção definitiva e foram identificadas algumas debilidades, algumas insuficiências, que nestas coisas naturalmente sempre existem em qualquer obra e temos é que estar atentos e tomar as medidas

respectivas e de imediato o Vereador que entretanto saiu o Vereador Hernani Magalhães tomou todas as iniciativas de modo a que com o acompanhamento dos serviços e com a intervenção dos serviços todas as questões fossem resolvidas.----------

A questão do estacionamento. A questão do estacionamento tem a ver com o regulamento que nós aprovámos nesta Assembleia, nós aprovámos também as zonas piloto como todos se lembrarão, as zonas de estacionamento. E uma das zonas coincide exactamente com o Mercado da Cova da Piedade e zona envolvente. É um processo que tem estado a ser desenvolvido, e neste momento por informação do Vereador Gonçalves com quem há pouco troquei informação, está previsto que a própria ECALMA a Empresa Municipal de Circulação e Estacionamento, possa entre Janeiro e Fevereiro iniciar o trabalho nesta zona piloto. Eu desejo sinceramente que depois portanto, quem deseja tanto que haja uma regulação do estacionamento naquela área, que depois compreenda e adira, e ajude a que este processo possa ter êxito, porque todos sabemos que há momentos em que desejamos, mas depois há momentos em que as situações em presença derivam noutros pontos de vista. Mas, estou em crer que são boas soluções e que se todos quiserem podemos ter uma maior circulação na zona de estacionamento existente naquele local do nosso Concelho. Este trabalho tem estado a ser acompanhado sempre pela Junta de Freguesia da Cova da Piedade, desde o início das reuniões com todos os vendedores, até à obra, à instalação, etc.. E portanto, a Junta tem tido um grande empenho também no diálogo com os vendedores e no acompanhamento a par e passo e tem sido um interlocutor extraordinário também trazendo aos eleitos da Câmara e aos serviços preocupações que são apresentadas pelas pessoas. E por isso eu queria aqui também publicamente agradecer na pessoa do Sr. Presidente Belo, à Junta de Freguesia da Cova da Piedade a valiosissima ajuda que tem dado neste processo concreto. Portanto, diria que as questões colocadas, naturalmente que quando elas existem devem ser e nós compreendemos, e é naturalmente de louvar que os nossos Deputados Municipais também conheçam a realidade e sejam eco das preocupações dos cidadãos, mas agradecendo, não posso deixar de dizer que se trata de assuntos devidamente tratados e com as soluções perfeitamente em curso.----------

Depois relativamente a uma questão que aqui é trazida sobre o Protocolo de Quioto, eu penso que é absolutamente pertinente que todos coloquemos na Agenda Nacional, Internacional, Mundial esta questão. Era bom que todos os países do mundo e nomeadamente os Estados Unidos da América tivessem assinado o Protocolo de Quioto, não o fizeram, é preciso também uma estratégia nacional para o... (interrupção da gravação) ...mas penso que nós em Almada estamos avançados, e ainda hoje nós recebemos um prémio, o

primeiro de um processo que começou este ano, desenvolvido pelo Programa Eco XXI, pela Associação da Bandeira Azul da Europa, uma Fundação que foi constituída e que tem em Portugal também uma organização representativa, foi-nos entregue o galardão, nós fomos o Município melhor pontuado, fomos o único Município que concorreu e que atingiu mais de 75% de pontuação relativamente aos indicadores de sustentabilidade que estavam em análise. E gostava de vos dizer que a Comissão Nacional que apreciou as candidaturas e gostava de dizer isto com orgulho e penso que todos nós naturalmente não deixaremos de o ter, é que foram vinte e duas entidades que analisaram as candidaturas. Vinte e duas entidades constituídas na maioria dos casos por organizações representantes da Administração Central, mas também organizações não governamentais, e organizações ambientalistas. E portanto eu digo isto certamente que a nossa classificação foi atribuída com máxima isenção como todos naturalmente compreendemos. É gratificante. Os Srs. Deputados Municipais terão a ocasião de ir acompanhando melhor o que é o nosso trabalho relativamente às questões do desenvolvimento sustentável, a Agenda Local XXI. Gostava de vos dizer que nós neste momento já temos aprovado na Câmara a política ambiental do nosso Município. Temos neste momento a decorrer a certificação ambiental pelo sistema EMAS, somos a única entidade pública nacional com este processo a decorrer, na Europa existem apenas cerca de cento e vinte entidades públicas certificadas pelo sistema EMAS. Portanto, penso que também estamos bem, estamos a andar na dianteira, mas queremos partilhar a nossa experiência e o nosso trabalho, os nossos êxitos, também as nossas dificuldades com os outros municípios de uma forma séria e apostando numa entreajuda se possível na criação de uma rede que permita que os saberes e os êxitos de cada um dos municípios se possam traduzir depois em resultados nacionais significativos. Gostava de vos dizer também que neste momento nós já estamos a desenvolver com outros Municípios europeus uma experiência de ecocompras, portanto um processo de ecocompras que está também já em curso. Enfim, são muitos os projectos que estamos a desenvolver no nosso Município, depois de um diagnóstico do estado do ambiente, do trabalho para a definição também dos indicadores de sustentabilidade que fizemos e da nossa estratégia municipal também para as alterações climáticas. Estamos a monitorizar a qualidade do ar, a monitorizar o ruído, já temos a carta de ruído no nosso Concelho, foi a primeira aprovada a nível nacional. E portanto, quando dizemos isto não é porque somos os maiores ou os melhores. Portanto, dizemos isto porque temos de facto, quando dizemos que elegemos no nosso Município a primeira década do milénio como a década do desenvolvimento sustentável e solidário, é porque de facto isto é sério e o trabalho que temos vindo a desenvolver é muito sério.

Começámos por uma unidade orgânica que consistiu numa direcção de projecto. Neste momento temos já uma direcção de estratégia para a gestão ambiental sustentável com uma divisão de educação ambiental e uma divisão de estudos e gestão ambiental. Portanto, teremos todo o gosto em não só através da informação regular à Assembleia Municipal como por outras formas dar a conhecer o trabalho que vamos desenvolvendo. Subscrevemos a Carta de Alborg, depois a Carta Alborg+10, enfim há um trabalho importantíssimo, e pertencemos à Associação Nacional de defesa das Aves, e por aí fora.----------

Queria por último dizer que no nosso Município nós temos garantido o mais absoluto direito à greve, a liberdade sindical existe no nosso Município, a Câmara Municipal não se intromete na greve dos trabalhadores.----------

A questão da greve diz respeito aos trabalhadores, a Administração Municipal não se intromete em qualquer processo de greve desencadeado pelas organizações sindicais. É esta a nossa postura, é esta a nossa prática porque entendemos que um direito tão dificilmente adquirido pelos trabalhadores portugueses tem que merecer de todos a maior das responsabilidades.----------

Gostava de dizer, como nota, porque os Vereadores aqui me foram chamando a atenção, de facto não há cadeados, enfim, cada um fará as leituras. Eu posso tirar fotografias em todo o lado e depois mostrá-las associando àquilo que digo. Mas o que eu queria sobretudo aqui deixar como absoluta garantia é que a Administração Municipal jamais se intrometeu na greve dos trabalhadores e enquanto a CDU estiver na Câmara jamais se intrometerá na greve dos trabalhadores da Administração Local, não é da Câmara, é da Administração Local Nacional."----------

4.4.11 – A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

De facto pegando na Moção apresentada pelo Sr. Deputado Ruben Raposo, do Partido Socialista, apresenta uma Moção que é uma demonstração inequívoca de que a pretexto de fazer, de querer fazer responsabilizar a Câmara, especialmente os eleitos da CDU, é de facto um libelo acusatório dos trabalhadores do Poder Local, que legitimamente lutam contra as políticas do Governo. É uma Moção que denuncia à entidade patronal trabalhadores que utilizam expedientes para não aderir à greve, é uma Moção cuja linguagem nos reporta às forças mais reaccionárias e retrogradas contra os trabalhadores e os seus representantes. É uma Moção que não conhece a Lei da Greve, porque se conhecesse sabia que compete aos piquetes de greve zelar pela segurança das instalações e por isso são eles os responsáveis se houvesse assaltos ou intromissões indevidas nos Estaleiros, mas não vale a pena ir por

aqui, porque o Sr. Deputado do PS sabe que o que quer é de facto, e o seu comportamento é uma baixa provocação aos eleitos da Câmara, e é um acto policial próprio de um delator. Quem está contra os trabalhadores e desta forma denunciadora, Srs. Deputados do Partido Socialista, fascismo não fazia melhor."----------

4.4.12 – O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

O que eu tenho aqui à minha frente é uma fotografia que admito realmente que tenha sido mal tirada, mas o que ela realmente demonstra é que o portão está fechado. Que o portão manifestamente está fechado. E como o Sr. Vereador Carreiras sabe, na parte técnica, não gostava de ir por esse debate. Mas o que eu gostava de dizer era o seguinte, é que de facto o portão está manifestamente fechado. E no sector administrativo os portões de facto não estiveram fechados de propósito, porque naturalmente davam nas vistas. E eu gostava de salientar à Sr.ª Deputada Luísa Ramos o seguinte: o piquete de greve naturalmente além de velar por tudo aquilo que a Sr.ª diz , diz pura e simplesmente o seguinte a Lei e a Constituição da República também o diz, diz que a Comissão de Greve pode organizar piquetes para desenvolver actividades tendentes a persuadir os trabalhadores a aderirem à greve por meios pacíficos. Ora bem, aderir à greve por meios pacíficos exige que haja presença desses mesmos piquetes, que as portas estejam abertas, que naturalmente eles falem com os não aderentes e que os aderentes naturalmente decidam se entram ou não entram. Ora bem, esta fotografia que penso que não é nenhuma simulação, demonstra que de facto o piquete não fez isso. E portanto, naturalmente que estamos aqui numa situação em que não está a ser cumprida a Lei da Greve. E chamo atenção que o vosso comportamento foi de facto diferente na área operária e na área administrativa. Na área operária os portões estiveram fechados, na área administrativa os portões estiveram de facto abertos. E gostava também de salientar o seguinte, que o papel de facto da Câmara, que é no fim de contas uma organização, que corresponde naturalmente a uma entidade patronal do sector público, tem naturalmente que velar para garantir a Lei, para isso tem naturalmente que ter as portas abertas, mais nada, é só isto. Ora quando naturalmente se fecham as portas, quando naturalmente se impede os não aderentes de entrarem de facto no estabelecimento, estão objectivamente quer queiram, quer não queiram estão a violar de facto o direito à greve. E nós não acreditamos nesse valor, nós achamos que as pessoas fazem greve porque naturalmente querem fazer, não fazem greve naturalmente por serem obrigados. E por isso naturalmente esta fotografia mais ou menos demonstra que de facto há aqui uma violação grosseira ao direito à greve."----------

4.4.13 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Primeiramente dizer, Sr.ª Presidente da Câmara, nós reconhecemos e aceitamos aquilo que disse acerca da atitude da Câmara de Almada em relação a questões ambientais, não é nossa ideia ao trazermos aqui as questões do Protocolo de Quioto penalizar a Câmara Municipal de Almada, nem vejo que seja possível da leitura da nossa Moção depreender esse facto. O que me levou a pedir a palavra é de facto sem sombra de dúvida a Moção que o Partido Socialista aqui apresenta sobre o direito à greve e o não direito à greve. Eu sou de uma escola que lutou muito pelo direito à greve. Começámos por lutar pelo direito a fazer greve. Hoje o que nós estamos a discutir é o direito a não a fazer.----------

Curiosamente ao longo de muitos anos que eu tenho de fábrica, houve uma coisa sempre que eu considerei curiosa, é que aquelas pessoas que geralmente não fazem greve e algumas até dizem que não fazem greve porque são sempre pequenas, é de meio dia, devia de ser de um dia, se é um dia deviam de ser três dias, nunca são eficazes, nunca vale a pena, mas uma coisa eu nunca vi, as pessoas que não fazem greve nunca vi fazer, é que quando se consegue atingir objectivos na luta por melhores salários, por melhores condições de vida, nunca vi uma pessoa que não faz a greve dizer assim: eu não quero esse aumento salarial porque eu não fiz greve não tenho direito a essa regalia a essas condições de trabalho. Isso eu nunca vi e não sei se alguma vez irei ver. Vejo gente de dedo em riste dizendo que, eu quero trabalhar não me deixam trabalhar.----------

Mas essa fotografia a mim só me prova uma coisa, é que não havia ninguém para entrar nessa porta. É a única coisa que eu vejo aqui nesta fotografia. Porque se eram assim tantos os trabalhadores que queriam entrar para trabalhar, como é que se conseguiu fazer esta fotografia? Portanto, nós iremos votar contra esta Moção.----------

Rapidamente, reconhecemos na Moção do PSD uma intenção correcta na defesa dos interesses dos comerciantes, reconhecemos isso. Portanto, não vamos votar contra esta Moção de maneira alguma. Mas também não nos podemos associar a ela no sentido de votar sim, porque nós temos uma visão completamente diferente nomeadamente em relação ao estacionamento. Nós não podemos transformar a Cova da Piedade num parque de estacionamento, nós não podemos continuar a querer para a zona do Mercado aquele caos de estacionamento que alí temos. Fazer alí mais estacionamento, francamente não devemos estar a falar do mesmo espaço."----------

4.4.14 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

O PSD em relação a esta Moção da Greve não se queria envolver nesta troca, mas queria fazer aqui apenas uma pergunta.----------

Nós acreditamos que a Câmara e até a Vereação não se envolvam nesta situação, e acreditamos na palavra da Sr.ª Presidente, faz-nos alguma confusão acreditando que a fotografia é verdadeira e eu acredito e acho que todos nós acreditamos que é, o que é que o carro da Câmara está aqui a fazer. Se é possível, se não é, se está autorizado, se não está."--

4.4.15 – O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Sobre a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente a Quioto, três notas muito breves, vamos votar a favor tendo em conta a importância das questões essenciais que estão em presença, lamentamos que a realidade de intervenção desenvolvida em Almada quanto a esta matéria não tenha merecido nenhuma referência na Moção, no texto que vamos votar porque seria justa essa referência pelas razões aduzidas. Chamamos atenção dos Srs. Deputados Municipais do BE pelo facto de na nossa opinião ser mais adequada que esta Assembleia apele e não recomende, porque só podemos recomendar à Câmara Municipal de Almada e essa como já foi demonstrado já está a avançar há muito nesta matéria.----------

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Odete Alexandre, penso que é muito interessante e esclarecedora a concepção de coerência, de ética política que trouxe ao debate. Ficamos a saber que defendem causas e projectos para o desenvolvimento do Concelho e para a qualidade de vida dos almadenses até perceberem que foram derrotados. Depois de perderem as eleições essas propostas têm um caracter instrumental e portanto castigam Almada e os almadenses chumbando os projectos que defenderam em campanha porque perderam as eleições em Almada. Depois de registar ainda que a Sr.ª Deputada Municipal falou em falta de educação e de ética, mas não desmentiu um facto da minha intervenção e das denuncias que fizemos. As críticas e acusações políticas que fazemos e os factos que denunciamos, nada têm a ver com motivações pessoais, até porque muito bem estaria Almada e o País se as malfeitorias do PS se resumissem ao Dr. Alberto Antunes. Última nota ainda sobre as palavras do PS quanto à questão da greve, se isto é assim com o PS na oposição, imaginamos como estariam os trabalhadores do Município de Almada com o PS na Vereação."----------

4.4.16 – O Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Relativamente à Moção sobre o serviço ou as deficiências do serviço apontadas aos CTT no nosso Concelho, nós iríamos pedir que a votação se processasse autonomamente, por um

lado os considerandos, onde efectivamente há um conjunto de abordagens e de considerações de natureza política ou ideológica que, com a qual não nos assumimos e nas quais não nos revemos particularmente. E depois a vertente deliberativa relativamente à qual nós nos associamos e manifestamos também as nossas preocupações quanto à situação com que nos confrontamos no nosso Concelho nesta matéria."----------

4.4.17 – O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Pedimos a suspensão dos trabalhos por cinco minutos."----------

4.4.17.1 – Reabertura a Reunião, usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Para anunciar a nossa posição de voto em relação às várias Moções.----------

Nós em relação à Moção apresentada pelos CTT's, gostávamos de declarar que não temos conhecimento de nenhum projecto de privatização em curso. E nesse sentido gostávamos de solicitar à Mesa e naturalmente também ao proponente que avançasse com a proposta de votar ponto por ponto para naturalmente podermos votar em conformidade com a nossa posição.----------

Em relação às Moções apresentadas quer pelo Bloco de Esquerda, quer pelo PSD, naturalmente iremos votá-las a favor. Em relação à nossa também iremos fazer o mesmo."--

4.4.18 – O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sobre o Protocolo de Quito, o PSD vai votar favoravelmente, no entanto gostávamos de deixar aqui algumas considerações adicionais. Acrescentava à Moção que foi aqui apresentada, o facto meramente informativo que 2006 vai ser o Ano Internacional para os Desertos e a Desertificação proclamado pelas Nações Unidas, e é também um factor adicional relevante à temática que está aqui elaborada e que nos deve deixar a todos também um ponto mais de preocupação relativamente àquilo que foi aqui consagrado no que diz respeito à optimização energética e às alterações climáticas. No entanto gostava de fazer uma breve consideração que tem a ver com as últimas recomendações e que se prendem maioritariamente com questões energéticas de incentivo de energias alternativas... (interrupção da gravação) ...finalmente apenas um breve comentário no que diz respeito ao facto de se considerar o subterfúgio de aquisição dos direitos de poluição exactamente com este nome subterfúgio, creio que os direitos de aquisição de poluição são aí sim um factor dissuasor de caracter pecuniário, não são uma solução nem penso que tenham sido implementados com esse objectivo e penso que também tem a sua componente

importante no fim que se pretende atingir que é no fundo a garantia do desenvolvimento sustentável que já hoje todos aqui falamos, portanto, ficam estes pontos de consideração, de comentário de uma forma geral, mas o PSD irá votar favoravelmente esta Moção.”----------

4.4.19 – O Sr. Presidente da Assembleia:----------

“Srs. Deputados Municipais;----------

Informar que os Srs. Deputados Municipais do Bloco de Esquerda fizeram chegar à Mesa alterações aos documentos apresentados, uma apenas de pormenor que é a Moção sobre o Protocolo de Quioto na parte deliberativa em vez de recomendar fica apelar, por isso substituir apenas a palavra recomendar por apelar, e relativamente à Moção sobre o estudo de impacto ambiental, mantendo o número um adita o número dois que diz, “apelar” à prorrogação do prazo por um período não superior a quinze dias”.----------

4.4.20 – A Sr.ª Deputada Municipal Manuela Colaço:----------

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Era só para relativamente às sugestões que foram aqui adiantadas a propósito da Moção dos CTT, dizer que a posição da CDU é de facto que a votação não seja ponto por ponto porque a Moção é um todo.”----------

4.4.21 – O Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes:----------

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Respeitando naturalmente o direito que assiste ao proponente de querer ver o texto votado da forma como o propõe, passo a redundância, apenas uma interpelação no seguinte sentido; gostaria de precisar à Sr.ª Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia que apresentou esta Moção, que não existe processo de privatização em curso nos CTT. E portanto, face a este facto o que eu pergunto à Sr.ª Deputada Municipal, sem prejuízo de querer votar este todo em conjunto, se retira ou não esta afirmação, porque é uma afirmação errada, e que naturalmente poderá condicionar o sentido de voto.”----------

4.4.22 – A Sr.ª Deputada Municipal Manuela Colaço:----------

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Municipal, nós reafirmamos a nossa intenção de que a Moção não seja votada por pontos, mas seja votada no seu todo.----------

Relativamente à afirmação que é feita de que não há nenhum processo de privatização em curso, a verdade é que nós continuamos a assistir à degradação de algumas franjas da distribuição.”----------

4.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quorum procedeu-se à votação dos documentos apresentados:----------

4.5.1 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, sobre Mercado da Cova da Piedade, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU) dezoito votos a favor (de eleitos do PS e PSD) e três abstenções (de eleitos do BE).----------

4.5.2 - A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Gomes, sobre Protocolo de Quioto, foi aprovada por unanimidade.----------

4.5.3 – A Moção apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Helena Oliveira, sobre o Estudo de Impacto Ambiental dos Parques de Campismo da Costa de Caparica, foi aprovada por unanimidade.----------

4.5.4 – A Moção apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Manuela Colaço, sobre CTT, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, BE e Presidentes das Juntas de Freguesia de Charneca e Trafaria) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS e PSD) .----------

4.5.5 – A Moção apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo, sobre Greve, foi rejeitada por maioria com vinte e cinco votos contra (de eleitos da CDU e BE e dos Presidente Junta de Freguesia eleitos pela CDU), dezasseis votos a favor (de eleitos do PS e PSD – estando ausente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica) e uma abstenção (de eleito do PSD - Presidente da Junta de Freguesia da Costa de Caparica).----------

4.6 - Produziu declaração de voto o Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo.----------

4.6.1 – O Sr. Deputado Municipal Ruben Raposo:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Em relação à Moção apresentada pela nossa colega Deputada Manuela Colaço. Para dizer que de facto gostaríamos de ter apoiado maioritariamente a Moção, infelizmente a Sr.ª Deputada não convergiu com o nosso ponto de vista, e como a votação tinha que ser global o nosso voto teve que ser aquele."----------

5 - Não se verificou inscrições de cidadãos para o Período Aberto ao Público.----------

6 - Passou-se ao Período da Ordem do Dia.----------

6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.----------

6.1.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara para apresentar a referida informação.----------

6.1.1.1 – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

A informação que trazemos à Assembleia corresponde aos meses de Agosto/Setembro e Outubro, portanto ainda uma parte considerável do anterior Mandato, de qualquer modo é assim que deve ser apresentada porque decorreu entretanto este período da Actividade Municipal e estamos numa Assembleia Ordinária e de acordo com a Lei naturalmente que

nos compete fazer o Relatório da Actividade desenvolvida desde a última Assembleia Ordinária. Foi entregue a todas as Sr.ªs. e Srs. Deputados a Informação.----------

Como habitualmente nós colocamo-nos à disposição dos Srs. Deputados Municipais para esclarecimentos, questões que nos queiram colocar e dessa maneira podemos rentabilizar o nosso tempo. O documento é extenso, penso que é claro e certamente que da vossa parte terão tido a oportunidade de o consultar e de o apreciar e por isso vamos gastar o nosso tempo nos esclarecimentos."----------

6.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Odete Alexandre; Luís Filipe Pereira; Miguel Salvado; Luís Varela Pais; Pedroso Almeida; o Sr. Presidente da Assembleia e a Sr.ª Presidente da Câmara.----------

6.1.2.1 – A Sr.ª Deputada Municipal Odete Alexandre:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Sr.ª Presidente refere que estão em estudo a criação de percursos pedonais. Nomeadamente na Rua de Olivença, na Praça do Comércio, na Rua Bernardo Francisco da Costa em Almada e na Rua Cândido dos Reis e Comandante António Feio em Cacilhas.-----

Eu gostaria de conhecer um pouco mais sobre este estudo que está a ser feito porque da maneira como ele está sumariado não é de todo esclarecedor. Gostaria também de saber o que se passou com um muro que caiu junto à Escola Secundária de Cacilhas e a informação que eu tenho è escassa embora tenha falado no assunto com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, mas ele também me pareceu que não estaria suficientemente esclarecido sobre o assunto, pareceu-me que havia dúvidas sobre a responsabilidade de quem deverá ter em conta os prejuízos que foram causados."----------

6.1.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Gostaria de aproveitar este ponto da ordem de trabalhos para colocar algumas questões que penso serem do interesse geral.----------

Primeira questão, a rotunda ovalizada na Cova da Piedade, sou dos que partilha a opinião de que aquela rotunda melhorou a mobilidade facilitando a mudança de direcção. Mas aceito com muita dificuldade aquelas dimensões, tanto em termos do comprimento como da largura. Durante alguma tempo quase me convenceram de que alí não havia condições para construir uma rotunda por falta de espaço. Agora que a rotunda é uma realidade, não me convenço que aquelas dimensões sejam as mais adequadas. Por um lado, a rotunda no seu comprimento, aquilo é uma espécie de um oval, não está alinhado de um lado com a Rua António José de Almeida, há alí uma faixazinha a mais da Rua, e do outro lado quando se

vira para a Rua da Cooperativa, entra alí um bocado que obriga os condutores a fazerem uma curva muito larga. Alguns acidentes se têm alí verificado inclusivamente um muito grave que incluiu a morte de um idoso, que todos devemos lamentar. Depois a juntar a isso, poderá não ter sido a rotunda a responsável por isso, nem eu quero aqui dizer, mas já agora aproveito para lamentar a morte do Sr. em questão. Naquele local permanecem as pinturas antigas que são uma confusão. São uma confusão, e eu queria deixar aqui o apelo para que se tentasse ou pintasse aquelas marcações porque aquilo faz uma confusão grande. No seguimento quem vai na direcção da 23 de Julho, logo a seguir aos semáforos verifica-se a mesma questão das pinturas antigas que confundem as pessoas. Depois ainda no sentido da 23 de Julho quando chegamos junto à Escola António Gedeão, na Rotunda que lá está improvisada já existe uma entrada para quem quer virar à direita, para ir nomeadamente para o complexo Desportivo. Esse desviozinho que está acabado, apenas está impedido por separadores de plástico que lá estão e aquelas redes que têm a ver com a construção do MST. É chegar alí, pôr aquilo em cima do passeio e abrir aquela faixa, não sei se estou a ver bem se estou a ver mal, mas sei que aquilo facilitaria a vida a muita gente que alí passa e que tem que se pôr na fila como toda a gente que vai para o Laranjeiro. Aquilo alí resolve-se com uma intervenção breve e facilita quem vai para o lado direito. A Avª. Aliança Povo MFA. Quem vai no sentido da Cova da Piedade para Cacilhas, e pretende virar à esquerda na Rua Praia da Mutela, para identificar melhor é uma rua que dá acesso à Escolas Emídio Navarro e ao SAP, quando alguém circula na Avª. Ao entardecer a iluminação é muito má e como o trânsito se faz em fila compacta das camionetas dos TST, é difícil se acertar com a rua, não se sabe nem onde é que é, eu sou daqui e de vez enquanto passo e tenho que ir a Cacilhas. Ora mais a mais como estamos a passar pelo cinquentenário da Escola Emídio Navarro que eu aproveito aqui para saudar, podíamos colocar alí uma tabuletazinha a dizer: Escola Emídio Navarro. Portanto, a Rua Praia da Mutela dá acesso à Escola Emídio Navarro e ao SAP, juntava-se o útil ao agradável, que era uma coisa que vinha mesmo a calhar. Depois há uma coisa que se for possível não é? Que me faz confusão são os Quiosques que foram colocados um pouco por todo o Concelho, se bem me lembro por uma operação que havia “de mãos dadas” que era os Quiosques para ser entregues a pessoas portadoras de deficiência, que me lembro que ainda chegaram a funcionar que alguns infelizmente levantaram polémica inclusivamente com algumas pessoas que têm estabelecimentos abertos, esses quiosques daqueles todos que eu conheço, estão desactivados, apenas servem para empatar enquanto estiverem completamente fechadas, estão degradados, completamente degradados, pergunto o que é que se espera, que eles

caiam por si, ou a Câmara tem ideia de intervir sobre essa situação? Queria falar na Fonte que está ao cimo da Rua Fernão Lopes, é pressuposto que uma Fonte seja para ter água. Aquela já secou há muito tempo e começa a estar num estado de degradação que não satisfaz os almadenses de maneira nenhuma. Portanto, eu apelava aqui a que aquela Fonte fosse revitalizada porque penso que é viável. Existe também uma outra fonte na zona do seguimento das instalações da Assembleia Municipal que também está sem água. Tenho imensas questões que acho que são de importância, o painel de azulejos da Cova da Piedade começa novamente e já tem passado por grandes crises a ser vandalizado, está novamente com aqueles, nem aquilo se pode chamar grafitis, são uns riscos que fazem para lá, eu sou de opinião que uma intervenção atempada pode evitar que aumente. Acho que não devemos esperar que o painel esteja todo vandalizado para depois o recuperar todo. Penso que é de intervir, se são vinte azulejos é diferente de serem duzentos, acho que era importante resolver isso. Uma outra questão, a placa que indica o início da Cova da Piedade caiu pela altura das obras nunca mais foi reposta, no sentido Laranjeiro/Cova da Piedade a placa não está lá colocada. No sentido Cacilhas/Cova da Piedade a placa mal se consegue ler Cova da Piedade, quem vem de Cacilhas para a Cova da Piedade. Portanto, eu apelava a que se colocassem placas de identificação quer do Laranjeiro para a Cova da Piedade, quer de Cacilhas para a Cova da Piedade com alguma dignidade. E por último para não maçar os Srs. Deputados Municipais e a Sr.ª Presidente. A Avª. Rainha D. Leonor, temos aqueles terrenos expectantes que eu não lembro de os ver de outra maneira, não sei qual é o estatuto de propriedade daqueles terrenos, mas queria deixar a pergunta, se os terrenos foram alienados para que fim, e quanto tempo é que aquela situação se vai manter uma vez que nem sequer existe passeio, portanto há um café alí naquela zona que é o Café Bairro, e em frente ao café existe um buraco no passeio enorme e existem protestos das pessoas e eu creio que uma intervenção que não é de certeza uma intervenção muito dispendiosa pode levar a que as pessoas considerem que não são esquecidas alí naquela zona.----------

Por agora é só."----------

6.1.2.3 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Gostaríamos neste ponto, colocar uma questão que acho que é importante e todos nós também provavelmente queremos ter essa informação, que é em relação ao MST.----------

Soubemos que a Câmara ou teve ou tem agendada uma reunião penso que com a Sr.ª Secretária de Estado, gostávamos de saber em que pé é que neste momento o processo está, porque há quatro meses que a obra está parada, não há seguimento da obra, nem a

conclusão do triângulo da Ramalha, nem a ligação pelo menos através do triângulo da Ramalha entre a linha que está construída no Monte com a outra parte na Cova da Piedade, e para quando realmente as obras no Centro de Almada na zona mais complicada do MST.- Gostávamos que nos pudessem dar algumas informações sobre isto."----------

6.1.2.4 – O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Gostava nesta altura fazer aqui um pedido de esclarecimento relativamente aos quadros do Orçamento actual, referidos a 31 de Outubro de 2005, no que respeita então aos impostos directos, em que estamos com uma execução de 93% ao fim dos dez primeiros meses do ano. Segundo contas rápidas, regras de três simples, isso significaria que iríamos fechar o ano com um aumento relativamente ao Orçamento actual de cerca de onze e mais cerca de três milhões de euros aproximadamente. Gostaria de saber em termos de segmentação dos diferentes impostos directos qual ou quais é que são os responsáveis e se, se verifica se é expectável da parte da Câmara neste momento uma receita total nesta ordem de grandeza de mais de onze por cento e exactamente saber quais em termos de segmentação quais os impostos em causa é que são os responsáveis por este aumento ou excedente relativamente ao Orçamento inicial."----------

6.1.2.5 – O Sr. Deputado Municipal Pedroso de Almeida:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Na última Sessão tive a oportunidade de veicular para esta Assembleia alguns rumores relativamente às obras de protecção da Orla Costeira, e nomeadamente quer ao pouco, à eventual insucesso da obra em si, quer alguns receios quanto à não concretização da segunda fase da alimentação de areia. Gostaria de perguntar à Sr.ª Presidente se teve entretanto a oportunidade de confirmar ou desfazer este conjunto de preocupações."----------

6.1.2.6 – A Sr.ª Deputada Municipal Odete Alexandre:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

É para apresentar um requerimento:----------

REQUERIMENTO----------

Só através do estado de bem-estar é que será possível garantir a universalidade dos direitos dos cidadãos, com a adopção de políticas de discriminação positiva, a favor dos sectores mais desfavorecidos ou mesmo em risco de exclusão social, no caminho de uma verdadeira sociedade de bem-estar.----------

Contudo, estes objectivos exigem a definição de um contrato social que simultaneamente garanta uma rede de protecção social universal, baseada nos valores da dignidade humana e da protecção perante os riscos sociais.----------

A igualdade de oportunidades e a solidariedade social são elementos estruturantes de sociedades democráticas estáveis, pressuposto de livre desenvolvimento das suas capacidades.----------

De facto, a robustez da democracia depende da capacidade de afirmação de uma cidadania activa e responsável, ou seja, da afirmação de uma sociedade civil autónoma, reunida em tomo de valores como a qualificação educativa e profissional, a identidade cultural e linguística, factores essenciais da coesão social.----------

Todos sabemos que a indiferença e a sobranceria perante a pobreza, o desemprego, a exclusão e a marginalidade social constituem as principais ameaças à coesão e à paz social nas sociedades contemporâneas. Nestas, a organização da vida familiar e o papel das famílias desempenha um elemento fundamental de garantia da referida coesão social, no seu todo e especialmente do desenvolvimento das crianças e dos jovens e do bem-estar dos idosos.----------

É neste sentido que a Constituição da República Portuguesa, refere no seu artigo 65 que "Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar", e que deve o Estado" promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais".----------

De facto, a melhoria das condições de vida das populações, as políticas de combate à pobreza e à exclusão social (de que se destaca o direito à habitação), as políticas de prevenção, recuperação e reinserção de toxicodependentes, as políticas sociais (protecção no desemprego e na doença) são componentes fundamentais de uma concepção integrada de segurança das pessoas e das colectividades.----------

Neste contexto, a capacidade de resposta dos serviços de proximidade deverá estar assegurada, quando se visa a melhoria num dos parâmetros deste sistema.----------

Um desenvolvimento sustentável pressupõe e impõe o investimento nas redes de comunicação, melhorando a mobilidade dos cidadãos, respeitando, contudo, a qualidade de vida dos seus destinatários e, garantindo igualmente, o fácil acesso aos serviços de interesse público (escolas, centros de saúde,...) sem aumento de custos para o utilizador.----

Posto isto, perguntamos:----------

1. O que está a fazer esta Autarquia para criar condições de inclusão social às bolsas de população dos bairros problemáticos do concelho?----------
2. Aquando dos realojamentos dessas populações estarão a ser acautelados os perigos que advêm do desenraizamento e do desmembramento de famílias?----------
3. Que medidas estão a ser tomadas para garantir que as Escolas terão capacidade para acolher as crianças e os jovens desalojados?----------
4. Estarão assegurados os acompanhamentos das famílias ao nível dos serviços de proximidade (saúde, segurança social, ...) que correspondem às suas necessidades mais prementes? Cuidou a rede social de verificar a capacidade de respostas existentes?-------
5. E a concentração de populações com características de muita tensão social, não será potenciadora de situações de rotura social?----------

Pela nossa parte desejamos resposta a estas questões e que seja considerado que a Democracia se firma na medida em que se toma útil aos cidadãos e que os actos directores da Administração não sejam dirigidos aos mesmos cidadãos, considerados como sujeitos passivos do poder."----------

6.1.2.7 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:----------

"Srs. Deputados Municipais;----------

Eu permitia-me fazer um enquadramento daquilo que foi agora dito, um enquadramento possível, é considerar que foi uma pergunta à Câmara, como requerimento não é admissível. Os requerimentos, são apenas dirigidos à Mesas que têm a ver com a discussão e votação da matéria que está em debate e quanto ao funcionamento da reunião. Como nada disso foi feito enquadro-a com muita boa vontade como uma pergunta formulada... (interrupção da gravação)."----------

6.1.2.8 – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------

Está concluído o Plano de Desenvolvimento Social no âmbito da rede Social, é um trabalho que não é exclusivo da Câmara, a Câmara deu a sua contribuição como as outras entidades, as Juntas de Freguesia do nosso Concelho, os Serviços desconcentrados da Administração Central, da Saúde, da Educação, do Emprego, da Segurança Social, as IPSS's do nosso Concelho, mas também entidades públicas e privadas que foram chamadas a participar neste processo de construção do Plano de Desenvolvimento Social ao longo de cerca de uma ano. O Plano de Desenvolvimento Social é por isso o resultado da visão, da ambição, das capacidades e das vontades de um conjunto muito importante de entidades e instituições locais desde o Poder Local, Serviços desconcentrados da

Administração e organizações não governamentais além de também importantes sectores da área empresarial que foram convidados a participar nos workshops que desenvolvemos durante todo este processo. A Câmara Municipal no passado dia 09 aprovou por isso na generalidade o Plano de Desenvolvimento Social constituindo-se como parceiro activo e empenhado na concretização do mesmo. Nós estamos em crer que todos os restantes parceiros não deixarão de aprovar este Plano de Desenvolvimento Social que dará depois lugar à elaboração dos Planos de Acção anuais e trabalharemos todos certamente com os saberes, as vontades, os recursos, contribuindo para que as metas e os objectivos apontados conjuntamente possam ser prosseguidos no tempo e o mais possível alcançados. Pela parte da nossa autarquia e certamente essa é também a vontade de todos nós, não deixaremos de dar toda a nossa contribuição como o temos feito, aliás foram criadas as redes sociais por uma portaria já antiga, não foi regulamentada esta matéria e tem sido a nossa Câmara Municipal que financeiramente tem suportado todos os encargos financeiros do funcionamento do Concelho Local da Acção Social, portanto da rede social existente. É desejável que esta situação possa vir rapidamente a ser ultrapassada porque as experiências são ricas, são difíceis, estamos perante processos complexos, não são processos lineares, naturalmente que é preciso uma grande concertação entre todos e uma grande consensualização de ideias, pontos de vista e depois contratualização de projectos, é isso e é para aí que temos que caminhar e é necessário que todos assumam a contratualização dos projectos estratégicos que foram devidamente identificados por todos os parceiros no Plano de Desenvolvimento Social, mas como dizia é muito importante que deixemos de estar a trabalhar na base de uma portaria que já ninguém sabe se existe se não existe e que se passe para uma figura mais adequada do ponto de vista legislativo para a criação destes fóruns importantes de intervenção social.----------

Recordo aqui que o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos resultou de uma Lei da Assembleia da República embora também não tenha sido acompanhado dos necessários meios financeiros para que os Municípios lhe pudessem dar seguimento e o funcionamento pudesse ser assegurado, mas já estamos habituados a isto, de facto a Administração Central é sobranceira, a Administração Central não descentraliza, a Administração Central sistematicamente e estão aí os exemplos recentes e o Congresso Nacional dos Municípios mais uma vez o denunciou, portanto estão aí todo um conjunto de atitudes e de práticas que põem em causa a autonomia do Poder Local, aquilo que incomoda a Administração Central é passada de uma forma ligeira para a Administração Local sem recursos financeiros ou de

qualquer outra natureza, aquilo que é verdadeiramente importante para o desenvolvimento do País, para a resolução dos problemas das populações, isso tarda em aparecer.----------
Mil novecentos e noventa e nove foi a Lei da Descentralização de Competências da Administração Central para o Poder Local, passaram seis anos foi estabelecido que durante quatro anos se faria a regulamentação da Lei, o que nós temos é zero e portanto continuamos à espera e há já quem nem sequer fale da descentralização para os Municípios. Eu gostava aqui de recordar e é uma questão que me preocupa, é o que o Orçamento de Estado que foi aprovado na Assembleia da República, e penso que todos temos isto presente, que relativamente aos Municípios impossibilita o recurso ao crédito dos Municípios Portanto, zero de endividamento, não é que os Municípios se queiram endividar. Toda a gente sabe disso. Os Municípios não têm prazer nenhum nem vontade nenhuma em endividar-se, mas por exemplo eu pergunto como é que se constrói habitação social se não é possível recorrer ao endividamento, esta é uma questão muito séria que, não podemos só falar das coisas parcialmente, temos que ir verdadeiramente às questões de fundo de onde dependem depois as soluções dos problemas. Portanto a solução, a intervenção social articulada, integrada no nosso Concelho tem história, tem resultados já alcançados, é preciso prosseguir este trabalho, é um trabalho meritório, é um trabalho que não é simples mas é um trabalho que é o caminho para intervirmos também nas questões sociais porque há aqui uma complementariedade que é indesmentível, portanto o Poder Local tem a sua intervenção, os Serviços da Segurança Social também, a Saúde, a Educação, o Emprego, as organizações em geral têm a sua intervenção e é preciso rentabilizar saberes, recursos, vontades e é nesse caminho que nos encontramos. Não podemos é meter a cabeça na areia, de facto quando se fala de habitação social hoje, é preciso perguntar quando é que os Municípios têm poder de acesso ao crédito, que não contava para a capacidade de endividamento dos Municípios, uma Lei Nacional que permitia aos Municípios construir habitação social para processos de realojamento e habitação social também para resolver problemas que todos conhecemos. Depois, relativamente às obras de defesa costeira, elas estão em curso, não tenho resposta, portanto é uma questão que não tenho obviamente ainda condição de poder referir-me, de qualquer modo penso que também a própria Assembleia independentemente daquilo que eu pergunto nas reuniões da CostaPolis, obviamente que tendo sido aqui colocado pode dirigir-se, porque é uma questão que não é da CostaPolis, a questão é do INAG a questão é do Ministério do Ambiente e eu não tenho canal directo para o Ministério do Ambiente, vou conversando com as pessoas que conversam com quem está nos gabinetes ou nos corredores do Ministério do Ambiente. De

qualquer modo mantenho a indicação que aqui dei é que não tenho esse tipo de informação que aqui foi trazida pelo Sr. Deputado Pedroso de Almeida. Portanto, não me chegou nenhuma informação de que estivessem em causa as obras de Defesa Costeira, não me chegou nenhuma informação de que estivesse em causa a alimentação artificial das paias, como disse aqui continuo e penso que nos primeiros meses do ano terei oportunidade de fazer, de ter a reunião que foi pré-agendada mas não se conseguiu fazer com o Sr. Ministro do Ambiente e com quem naturalmente é preciso fazer um ponto da situação relativamente ao Plano de Desenvolvimento Estratégico e certamente se fará e nessa ocasião muitas questões poderão também da minha parte ser colocadas. Queria dizer que relativamente às receitas, obviamente que não tenho aqui, toda a informação, consigo registar mas não sou ainda um computador. Também não quer dizer que me chamou computador obviamente, mas é apenas para ser mais directa relativamente à resposta. O que eu lhe posso dizer é que o Orçamento que nós fizemos, nós temos tido um grande cuidado na dotação da receita. Portanto, temos relativamente à receita um grande cuidado na dotação, na previsão orçamental para um conjunto de rubricas incluindo as rubricas que resultam da reforma do património. É provável que também aqui possa haver algum acréscimo relativamente à nossa previsão, mas gostava de adiantar já esta informação. Nós tivemos muito cuidado na orçamentação, na previsão orçamental da receita, porque estamos a gerir e é complicado se fazemos uma sobreorçamentação depois podemos criar buracos financeiros que são depois negativos para a gestão e para a vida das pessoas. Relativamente à questão que aqui foi trazida do Metro, nós estamos a aguardar decisões é o posso dizer; estão a haver trabalhos relativamente ao triângulo da Ramalha, trabalhos técnicos, e portanto sobre o resto aguardamos decisões. Relativamente às várias questões aqui colocadas que eu agradeço e que nós agradecemos pelo Sr. Deputado Luís Filipe refiro, porque trouxe coisas muito diversas, são situações que se vai registando e que também nós agradecemos neste trabalho de identificação de problemas. Gostava no entanto de dizer; nós estamos neste momento a implementar, já começamos o ano passado e no anterior o Plano de Mobilidade. A implementação do Plano de Mobilidade tem uma filosofia que é introduzir na Cidade medidas de acalmia de trânsito. Com o tempo nós vamos perceber e vamos apreciar positivamente, é essa a ideia que nós temos. Nós temos uma belíssima equipa a trabalhar para a aplicação com medidas concretas do Plano de Mobilidade Acessibilidades 21.----------
E portanto, não estamos habituados a alguns constrangimentos que este Plano vai aconselhando e em termos de projecto se vai concretizando, porque é preciso que os carros andem mais devagar, quando nós falamos de Quioto e do Protocolo de Quioto e falamos

dos gazes com efeito de estufa, etc., nós estamos a falar de um problema que também passa por velocidades, arranques e paragens agressivas, e a poluição também associada a isso. Portanto não é tudo mas também é isso. E nós as medidas de acalmia de trânsito que estamos a introduzir na nossa cidade, no nosso Concelho, também têm esse propósito. É tornar a Cidade mais segura para as crianças, a cidade mais segura para os peões, mas também mais amiga do ambiente porque é preciso andar mais devagar e andando mais devagar também a poluição é diferente. Portanto com o tempo eu penso que nós nos vamos habituar e vamos reconhecer a bondade do conjunto das medidas, agora ainda estamos a intervir pontualmente, escolhemos grandes corredores e estamos e intervir pontualmente.----
A questão das pinturas etc.. Nós temos feito alí algumas intervenções porque todos também sentimos isso, passamos e pintou-se o branco e logo a seguir vira negro porque a tinta vai saindo. A ideia que temos é que isto terá que passar certamente por uma "ripagem", uma coisa ligeira e uma pequena película de alcatrão que por alí se ponha. Há muitas prioridades e naturalmente também não podemos ir a todo o lado ao mesmo tempo, e também este trabalho é normalmente feito pelos trabalhadores. Nós temos a Administração directa e temos máquinas, temos trabalhadores competentes. Mas conhecemos, temos consciência disso, pensamos que é por aqui, neste momento o próprio Vereador Rui Jorge tem a responsabilidade por estas áreas mais operacionais e também esteve alí a fazer os seus registos. Depois há aqui questões de iluminação pública, a Rua Praia da Mutela que, nós também temos o plano anual de reforço da iluminação publica e também estou, os Srs. Presidentes das Juntas dão contribuições importantes porque há reuniões regulares para preparar planos com os próprios eleitos e naturalmente que estas questões são importantes que sejam colocadas. A questão dos Quiosques é aqui para o novo Vereador Revés porque isto tem a ver com a ocupação da via pública, portanto ele está a começar, eu sei que houve um trabalho que foi iniciado de identificação de Quiosques desactivados, porque obviamente as pessoas têm grandes expectativas, até alguns de deficientes, de instituições de solidariedade social, etc., têm algumas expectativas depois não resulta bem e às tantas abandonam. É preciso um trabalho também cuidadoso para perceber se é necessário e definitivo se não é para procurarmos então resolver estas questões. É um assunto, há um ou outro Quiosque que está desactivado e depois começam a ser vandalizados e é problemático, mas o nosso Vereador seguramente que irá dar continuação a este trabalho que já foi iniciado. Depois há aqui o conjunto das Fontes. Nós temos um trabalho regular de conservação das Fontes, eu também tenho reparado isso, hoje andavam os trabalhadores na Praça Gabriel Pedro a reparar aquela que fica mais próximo do Tribunal por exemplo. Sei

que aquela alí tem um problema complicado que ainda não conseguiram resolver, mas obviamente que se é fonte é para ter água, se não tem água tem que se resolver, ou deixa de ser fonte ou resolve-se o problema e portanto estou absolutamente também de acordo consigo, eu também sou um bocadinho fiscalização municipal a toda a hora, e os Vereadores, todos nós temos essa preocupação.----------

Depois há aqui uma questão dos azulejos, é verdade é preciso intervir com a maior rapidez possível, as questões do vandalismo são preocupantes, como é que nós damos conta destes problemas?----------

É necessário trazer a arte pública para a Rua, aproximar a arte dos cidadãos, a democratização do acesso à cultura, à arte, e depois confrontamo-nos com situações menos capazes, temos que todos ir trabalhando neste processo educativo mas ao mesmo tempo reparando e todas as achegas não são demais. Depois a questão da Rainha D. Leonor. Este terreno tem um projecto, há um projecto na Câmara para aquele espaço é uma área de terciário, agora de facto a questão do passeio não é nova, mas enfim, entre gastar e deitar fora depois a seguir porque quem for fazer o edifício tem que fazer o passeio e às tantas nós colocamos a questão e o que nos é muitas vezes referido nestas situações é; está quase e vão avançar, então se está quase e vão avançar não vamos nós gastar dinheiro em calçada e num passeio para depois a seguir ir o dinheiro para a rua, e as populações também não gostam disso e todos nós sabemos que estas questões, nós não gostamos mas a população também sente isto como um desgoverno. É uma situação conhecida, temos que procurar perceber e eu pedia também ao Vereador Gonçalves, neste momento ele tem o urbanismo, para voltar ao assunto e tentarmos perceber, porque se for um processo para tardar muito, nós muitas vezes fazemos isso, vamos e nem que não seja calçada portuguesa, mas que seja um alisar com um bocado de água, de cimento e aquilo fica melhor do que estar assim. Portanto, os agradecimentos também por aquilo que aqui deixou de contribuições e de ajudas. Depois foi-nos perguntado pela Sr.ª Deputada Odete Alexandre relativamente ao estudo dos percursos pedonais. Nós temos vários estudos, nós já fizemos algumas reuniões, as Juntas de Freguesia estão envolvidas neste trabalho, já fizemos reuniões mesmo nos locais, a começar pelos próprios comerciantes porque entendemos que é importante envolver as pessoas em geral, mas naturalmente o comércio tradicional desde logo é muito importante colher a sua sensibilidade porque aqui colocam-se questões muito diversas de cargas e descargas, etc., etc.. Nós já fizemos plenários com os comerciantes, é um trabalho que não está acabado, partimos dessa abordagem identificando as suas preocupações para um trabalho seguinte do estudo prévio, e temos

como propósito voltar às Freguesias, aos locais para voltarmos a abordar ainda em fase de estudo prévio o ponto a que se chegou. Também queremos abordar com as populações, mas entendemos que o processo deveria ser conduzido desta maneira, porque há questões muito específicas do comércio tradicional e parecia-nos que essas à partida deviam ser prioritariamente percebidas, estudadas para depois podermos então alargar a discussão. É difícil numa informação à Assembleia Municipal porque estamos a falar de três meses de actividade e é obviamente uma informação sintética, mas o que aqui deixo é claramente esta informação, não é um processo para ser concluído sem a participação das pessoas, desde logo os comerciantes mas também as populações. Queremos ter estes projectos acabados para que na medida em que a realidade venha a permitir e a realidade é muita coisa, podermos depois dar início a algumas obras e portanto elegemos um conjunto de percursos para requalificar e naturalmente que depois terão que haver prioridades que dependerão de vários factores e a seu tempo serão definidas as prioridades. Depois há aqui uma questão que foi muito acompanhada pelo vereador Carreiras que é o responsável pela Protecção Civil, não sei sequer se o Vereador esteve na ocorrência, o que é que eu posso dizer sobre isto? O assunto foi imediatamente acompanhado pelos serviços, desde os Serviços da Protecção Civil até aos Serviços Técnicos do Município, para identificarem-se com a ocorrência, poderem avaliar também causas, é necessário, participações a seguros porque também temos que ver em que medida é que o seguro cobre ou não cobre alguns dos prejuízos ou quais prejuízos por aquela situação, temos acompanhado uma situação mais delicada de uma pessoa que faz a sua actividade profissional com uma das carrinhas, um carro que foi danificado, e portanto o Município tratou devidamente dessa situação, não esperando pelo seguro, temos que ver depois qual é a resposta do seguro. É um processo que está a ser acompanhado quer pelos Serviços Técnicos Municipais, quer pela Protecção Civil, quer relativamente ao Seguro."----------

6.2 – Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:----------

"Srs. Deputados Municipais;----------

Solicitava-vos a atenção para que considerassem alterar a ordem de trabalhos; que pudéssemos passar neste momento ao ponto 3.3 relativo às alterações ao Regimento, e que pudéssemos também acordar a alteração da agenda com o aditamento daquela proposta que já vos foi distribuída e penso que é uma proposta simples, tem a ver com a questão da isenção da CostaPolis relativamente às taxas devidas pelo RTTLP.----------

Passávamos à Proposta do Grupo de Trabalho para o Regimento e que tem dois documentos distribuídos, um que foi com as demais propostas e outro que foi hoje entregue devido a um lapso meu quando tentei dar forma às alterações introduzidas pelo grupo de trabalho.----------
Dizer-vos que as propostas foram aprovadas por unanimidade, são do conhecimento de todos, foram acolhidas todas as propostas apresentadas, ou seja foram acolhidas as trinta alterações."-

6.2.1 – Foi deliberado por unanimidade alterar a agenda da Sessão Plenária, através da alteração de pontos passando o ponto 3.2 a 3.3 e o ponto 3.3 a 3.2 e o aditamento do ponto 3.5, pelo que a Ordem do Dia ficou:----------

3 - Período da Ordem do Dia.----------

3.1 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.------

3.2 – Apreciação e votação da Proposta do Grupo de Trabalho Acerca da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.----------

3.3 – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia Representante do Município na Assembleia Distrital de Setúbal (Membro Efectivo e Membro Suplente).----------

3.4 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:----------

3.4.1 – "Opções do Plano e Orçamento do Município para 2006".----------

3.4.2 – "Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS par 2006".----------

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre " Isentar a CostaPolis das Taxas devidas pelo RTTTP".----------

6.3 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação da Proposta do Grupo de Trabalho Acerca da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.----------

6.3.1 – No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal José Gabriel.----------

6.3.1.1 – Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal José Gabriel:----------

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;----------
Tomo a palavra para afirmar a opinião e o regozijo que a CDU tem acerca do Regimento que conseguimos e que melhorámos, e que prevê esse mesmo Regimento uma série de instrumentos que possibilitam às várias forças políticas terem uma ampla intervenção e que contribuem para o reforço da democracia no funcionamento desta Assembleia e nesse sentido achamos nós que este Regimento potencia e propicia o reforço da democracia nesta casa. Eram estas as palavras, muito obrigado."----------

6.3.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quorum, procedeu-se à votação da Proposta que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:----------

----------**Deliberação**----------

Assembleia Municipal de Almada, nos termos do artigo 53º, nº 1, alínea b), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova as seguintes alterações ao Regimento:----------

1ª) Artigo 2º, nº 2 *(emenda)*----------

«2. O mandato ..... previsto na Lei e no Regimento.»----------

2ª) Artigo 4º, alínea b) *(emenda)*----------

«b) Termo da suspensão ou regresso antecipado do Deputado .....»----------

3ª) Artigo 5º, nº 4, alínea d) *(emenda)*----------

«d) Actividade profissional ou política inadiável.»----------

4ª) Artigo 5º, nº 7 *(aditamento)*----------

«7. Quando a suspensão tiver início em data posterior à reunião em que foi apreciada deve o Presidente da Assembleia convocar e dar posse ao substituto, publicar o acto por Edital e dar conhecimento dos factos à Assembleia na primeira reunião que a seguir se realizar.»----------

Nota: O nº 7 do actual Regimento passa a nº 8.----------

5ª) Artigo 6º, nº 3 *(aditamento)*----------

«3. Quando a ausência ocorrer no intervalo de reuniões da Assembleia deve o Presidente convocar e dar posse ao substituto, publicar o acto por Edital e dar conhecimento do facto à Assembleia na primeira reunião que a seguir se realizar.»----------

6ª) Artigo 16º, nº 2, alínea f) *(emenda)*----------

«f) Fixar ..... taxa de imposto municipal sobre imóveis – IMI incidente sobre prédios urbanos e rústicos, bem como.....»-

7ª) Artigo 16º, nº 2, alínea j) *(emenda)*----------

«j) Determinar ..... Serviços Municipalizados e Empresas Municipais.»----------

8ª) Artigo 16º, nº 8 *(emenda)*----------

«8. A informação ..... deve ser anual e enviada pelo .....»----

9ª) Artigo 22º, nº 3, alínea e) *(aditamento)*----------

«e) Acompanhar o desenvolvimento das moções/deliberações aprovadas pela Assembleia.»----------

10ª) Artigo 23º, nº 6 *(aditamento)*----------

«6. As comunicações referidas nos nºs 2 e 3 devem constar da acta da reunião em que foram anunciados.»----------

11ª) Artigo 37º, nº 2 *(substituição)*----------

«2. O Período de Intervenção dos Cidadãos, realiza-se:----------

a) Nas reuniões com início a partir das 15h00, imediatamente após o encerramento do período da Ordem do Dia e com a duração máxima de quarenta minutos.----------

b) Nas reuniões com início a partir das 21h15:----------

b.1) Imediatamente antes do Período de Antes da Ordem do Dia, na primeira reunião de cada sessão e com a duração máxima de quarenta minutos.----

b.2) Imediatamente após o Período de Antes da Ordem do Dia, nas restantes reuniões de cada sessão e com a duração máxima de trinta minutos.»------

12ª) Artigo 38º, nº 2, alínea g) *(aditamento)*----------

«g) Às informações do Presidente da Assembleia sobre tomada de posse de substitutos que ocupem as vagas ocorridas por suspensão de mandato ou ausência inferior a 30 dias de Deputados Municipais efectivados entre reuniões ao abrigo dos artigos 5º nº 7 e 6º nº 3.»----------

13ª) Artigo 38º, nº 8 *(aditamento)*----------

«8. Quando o número de documentos apresentados para deliberação da Assembleia for superior a cinco e faltar tempo para o debate, á autorizada a Mesa a reforçar o tempo de cada grupo municipal ou equivalente até ao limite estabelecido na grelha de tempos prevista no artigo 53º.»----------

14ª) Artigo 38º, nº 9 *(aditamento)*----------

«8. Os documentos apresentados para deliberação só poderão ser alterados com o consentimento do proponente.»----------

15ª) Artigo 39º *(emenda)*----------

«Os Deputados ..... usar da palavra para intervenção ou apresentação de documentos ao abrigo do nº 3, do artigo 38º, devem .....»----------

16ª) Artigo 41º, nº 4 *(aditamento)*----------

«4. Os documentos originais a submeter à votação devem ser obrigatoriamente distribuídos em cópia na proporção mínima de um por cada três eleitos, podendo a sua leitura ser resumida pelo Deputado Municipal proponente, sendo transcritos na acta o texto integral.»----------

17ª) Artigo 41º, nº 5 *(aditamento)*----------

«5. A não distribuição das cópias dos documentos referidos no ponto anterior, determina o adiamento da votação para a reunião seguinte.»----------

18ª) Artigo 69º, nº 1 *(emenda)*----------

«1. De cada reunião ..... contra elas assumidas e bem assim o facto da acta ter sido lida e aprovada.»----------

Nota: Eliminação de parte do texto.----------

19ª) Artigo 69º, nº 4 *(emenda)*----------

«4. Constarão da acta o voto de vencido e as razões que o justifiquem.»----------

Nota: Eliminação de parte do texto.----------

20ª) Artigo 76º, nº 1 *(emenda)*----------

«1. A iniciativa ..... mínimo de três Deputados Municipais.....»----

21ª) Artigo 81º, nº 4 *(eliminado)*----------

22ª) Artigo 83º *(emenda)*----------

«A iniciativa ..... mínimo de três Deputados Municipais.....»--------

23ª) Artigo 86º, nº 5 *(aditamento)*----------

«5. No caso de eleição de nova Assembleia e enquanto não for aprovada a deliberação prevista no nº 3, vigora a anterior relativamente ao elenco e objecto das Comissões, devendo o número dos seus membros ser adaptado pelo Presidente, ouvida a Conferência de Representantes, em consideração da composição política da nova Assembleia.»----------

24ª) Artigo 91º, nº 1 *(emenda)*----------

«1. Perde a qualidade ..... expressamente renunciar ou o Grupo Municipal o substitua.»----------

25ª) Artigo 92º, nº 1 *(emenda)*----------

«1. A Assembleia ..... da sua constituição, que deverão apresentar os respectivos relatórios nos prazos fixados.»----------

26ª) Artigo 95º *(emenda)*----------

«As Comissões ..... semestrais, da competência dos respectivos presidentes, apresentado ..... ao Plenário da Assembleia nas Sessões Ordinárias de Junho e Dezembro e mencionados .....»--------

27ª) Artigo 100º, nº 1 *(emenda)*----------

«1. Os relatórios ..... ou ainda de qualquer Grupo Municipal.»----------

Nota: Eliminação de parte do texto.----------

28ª) Artigo 106º, nº 3 ***(aditamento)***----------

«**3. Os Deputados Municipais utilizam os serviços e meios de apoio à Assembleia observando os seguintes requisitos:**----------

a) Utilizam os meios humanos e técnicos desde que os documentos sejam recepcionados pelos serviços de apoio até às 15h30 do dia da reunião;----------

b) Utilizam os meios técnicos, directamente, ou por seu representante para tanto credenciado, até às 17h30 do dia da reunião.»----------

29ª) Artigo 108º ***(substituição)***----------

«**A Mesa elabora anualmente a súmula da actividade da Assembleia nas seguintes datas:**----------

a) No mês de janeiro de cada ano nos três primeiros anos do mandato e relativamente aos anos anteriores.----------

b) No mês de Setembro do último ano de mandato.»----------

30ª) Código de Grelha de Tempos.----------

7 - Não havendo mais pedidos de palavra e considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos.----------

8 - Foi verificada a presença do Jornalista Sr. Miguel Ribeiro e o Fotógrafo Sr. Joaquim Nabais (Câmara Municipal/Boletim Municipal) e de vinte e oito Srs. Munícipes.----------

9 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores; José Manuel Raposo Gonçalves; Carlos Manuel Coelho Revés; António José de Sousa Matos; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Henrique Rosa Carreiras; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Maria Conde Ferreira Vasconcelos; António Pedro Roque da Visitação Oliveira.---------

10 - Foi aprovada a Minuta da Acta.----------

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H20 do dia dezassete de Dezembro de 2005.----------

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta da Acta, que vai ser assinada pela Mesa.----------

O PRESIDENTE_____

O 1º SECRETÁRIO_____

O 2º SECRETÁRIO_____